

Old school

Skatistas recontam uma história de muitas manobras

A "velha guarda" do skate comemora 30 anos do primeiro campeonato do esporte realizado no país. Hoje, a pista onde foi realizada a competição está cheia de buracos e ninguém anda por lá há mais de quatro anos.

página 15

1968

Para não esquecer

As lutas e movimentos do ano que marcaram e mudaram o rumo da política no Brasil ainda estão presentes na vida da catarinense Derlei Catarina De Luca. Em entrevista exclusiva 40 anos depois, a antiga líder estudantil e militante da Ação Popular reconstrói histórias e impressões que estão registradas apenas na memória de poucos.

páginas 3 e 4



Rilipe Speck/ZERO

Inovação científica

Aprovada nova lei para impulsionar Ciência e Tecnologia em SC

Entre outras deliberações, a Lei de Inovação estabelece quem irá gerenciar os recursos e busca aumentar a interação entre governo, universidades e empresas. O estado é o segundo a sancionar uma legislação própria que dispõe sobre incentivos à pesquisa.

página 10



ZERO

FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2008 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXV, NÚMERO 5

Dos palanques aos tribunais

Z De um lado, o governador Luiz Henrique da Silveira, que venceu os dois últimos embates eleitorais em Santa Catarina. Do outro, o ex-governador Esperidião Amin, seu principal opositor político nas últimas eleições. Depois de duas vitórias no segundo turno, o atual governador responde na Justiça às acusações encabeçadas pelo ex. Amin levanta a questão da potencialidade de abuso de poder econômico durante a última campanha eleitoral de Luiz

Henrique. Mas a batalha foi mais longe. Do palanque, a disputa passou aos tribunais eleitorais, onde as manobras jurídicas superam as políticas e os advogados são os protagonistas do caso. Nesta edição, ZERO reúne os detalhes do processo que se tornou um embate cheio de contradições e interpretações abrangentes e que pode cassar o governador de Santa Catarina.

páginas 6 e 7

Duras na queda

Stock Xchange



Meninas do rúgbi superam dificuldades e chegam ao Mundial

Jogadoras pré-convocadas para a seleção brasileira mostram que o esporte, considerado violento e machista, também pode ser praticado pelas mulheres. Enquanto isso, elas esperam a Copa do Mundo no ano que vem.

página 15

Será que ele vem?

Em uma mistura entre a ficção do teatro e a realidade do cotidiano, o ERRO Grupo encena durante 42 horas a peça "Enfim, Um Líder". O espetáculo, sem roteiro nem palco, intriga a plateia.

páginas 8 e 9



Juliano Saquet/RET

Fim dos benefícios

Guerra fiscal na pauta da Reforma Tributária

Z Estima-se que devido à política de incentivos fiscais de Santa Catarina, nos últimos dez anos, o estado tenha deixado de arrecadar R\$ 13 bilhões. O governo se mostrou

favorável à reforma tributária que prevê o fim da guerra fiscal, mas foi por meio desses benefícios que o estado ganhou a disputa com o Paraná pela montadora da General Motors.

A empresa será instalada em Joinville, cidade do norte catarinense, e espera gerar 500 empregos diretos e 1,5 mil indiretos.

página 12

Crise

Queda do dólar atinge indústria moveleira de São Bento do Sul

O setor é afetado pela baixa da moeda americana, cerca de 71% da produção é voltada exclusivamente para os Estados Unidos e a Europa. A concorrência com o mercado chinês, também exportador de móveis de madeira maciça, agrava a situação. O desemprego afeta 2.398 pessoas no norte do estado. A falta de empregos não deixa alternativas para os trabalhadores, a não ser a mudança de município. De acordo com estatísticas do IBGE, 5,6% da população abandonaram a cidade no ano passado. Até 2005, o setor empregava cerca de 14 mil.

página 13

EDITORIAL

Jornalismo do Poder

Luiz Henrique da Silveira está sendo acusado de abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação na campanha para reeleição em 2006, e esse processo vale o cargo de governador do estado. A infração da lei teria ocorrido em informes publicitários e reportagens, assinadas por jornalistas, mas de caráter propagandístico. Para a advogada integrante da defesa do governador, Katherine Schreiner, as propagandas e matérias jornalísticas não teriam tido nenhuma interferência na eleição, não determinando a intenção de voto do eleitor. Até mesmo o Procurador Regional Eleitoral, Carlos Antonio Fernandes de Oliveira, não acredita na cassação de LHS porque as campanhas publicitárias veiculadas não se configuram como potencialidades lesivas à eleição.

O questionamento sobre a suposta influência esbarra num conceito dado à imprensa extra-oficialmente pela sociedade – o de Quarto Poder. Pela Constituição, o poder de fiscalização cabe ao Ministério Público, entretanto o jornalismo cumpre também, aos olhos do senso comum, esse papel, tomando-o como premissa de sua atividade profissional. Talvez por isso, uma pesquisa da CNT/Sensus divulgada em fevereiro des-

se ano constatou que imprensa e meios de comunicação são considerados a terceira instituição mais confiável no Brasil, atrás de Igreja e Forças Armadas, e na frente de Justiça, Polícia e Congresso.

No processo contra LHS, a imagem da imprensa como vigilante do governo esbarra na acusação de uso indevido dos meios de comunicação e as informações se confundem entre jornalismo e propaganda disfarçada. No caso das campanhas publicitárias, existe um contrato de leitura que garante à informação o caráter persuasivo. Já nas reportagens, a situação é mais complexa. A acusação alega que seriam apresentadas em formato jornalístico, porém notadamente com propósitos de propaganda.

O Tribunal Superior Eleitoral decidirá sobre o futuro do governador de Santa Catarina. Mas para os meios de comunicação não haverá sentença. As matérias jornalísticas que constam na acusação como possíveis produtos criados para o enaltecimento da figura de LHS podem não ter potencialidade para alterar a eleição, mas também não deixam de caracterizar uso indevido dos meios de comunicação justamente por ir de encontro à responsabilidade que a imprensa deveria ter de trazer a público informações com credibilidade.

CHARGE



Sobre o chargista

Eduardo "Barbosa" Santaella Malaguti, o autor dessa charge, tem 22 anos e cursa a 4ª fase do curso de Design da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Eduardo também faz sua arte em outros produtos, geralmente postêres, flyers e tirinhas. Quer entrar em contato com ele? Escreva para eduardo.santaella@gmail.com

Para os chargistas

Se você é um daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para o e-mail zero@cce.ufsc.br. Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

CARTA AO LEITOR

Dilemas como pautas polêmicas, fontes resistentes a contar o que sabem ou que preferem não ser mencionadas, informações com potencial de mudar toda a matéria no decorrer da apuração, e outras intempéries encontradas durante o processo de produção de notícias coloca na prática o que foi aprendido nas aulas. Circulando pela redação do ZERO o que se percebe é a tensão e a correria de futuros jornalistas buscando colocar nas 16 páginas que vocês lerão a seguir um pouco de tudo que aprenderam.

A responsabilidade é grande: o ZERO existe desde 1982, foi premiado seis vezes e desde 2006 é matéria obrigatória na graduação de Jornalismo. O planejamento começou em no-

vembro de 2007, na elaboração de um esboço para o que seria feito durante os quatro meses em que estaríamos no comando da redação. A decisão foi dividir o jornal em editoriais fixas – Opinião, Política, Entrevista, Cultura, Economia, Esporte, Ciência e Tecnologia – trazendo também um espaço para publicar a opinião dos leitores sobre o jornal. Tivemos a pretensão de abranger o maior público possível, objetivo detido pela realidade financeira, além do tempo e espaço que temos para fazer as reportagens. Decidimos então ter como foco a comunidade universitária. E agora o jornalismo discutido em aulas teóricas passa a ser testado nas ruas, o grande momento para verificar o quanto de jornalista há em cada um de nós.

ESCREVA PARA O ZERO

Caro leitor,

Um jornal não é feito somente por quem está na redação, mas também por aqueles que recebem nas mãos o que produzimos. Por isso criamos para a versão 2008 do ZERO uma seção que não será elaborada ou pensada por repórteres ou editores, mas sim por aquela pessoa que justifica todo o nosso trabalho e o processo de criação do jornal: você.

Esse espaço é seu. Por isso, sinta-se livre para criticar, elogiar, comentar e sugerir. Para

nós, a sua opinião conta tanto na elaboração de pautas quanto na hora do fechamento. Só sabendo o que você pensa é que poderemos fazer um jornal melhor e mais próximo da sua realidade.

Então comece a escrever logo! Idéias devem ser enviadas para o e-mail zero@cce.ufsc.br. E não esqueça: na próxima edição seu nome também pode aparecer no jornal. Nós queremos saber mais sobre o que você pensa para chegar mais perto do que você quer.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVI - Nº 1
Março 2008
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 09 de abril

REDAÇÃO DO JORNAL

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC
Trindade - Florianópolis
CEP 88040-900
Tel.: (48)3721-6599/ 3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO

Beatriz Ferrari, Camila Brandalise, Cauê Oliveira, Carolina Pompeo, Cristiane Barrionuevo, Daniele Carvalho, Danielle Reis, Eduardo Wolff, Elaine Almeida, Fernanda Friedrich, Filipe Speck, Grazielle Schneider, Grazielle Frederico, Janaina Cavalli, João Gustavo Munhoz, Juliana Dal Piva, Juliana Gomes, Julie Philippe, Larissa Linder, Lívia Andrade, Márcio Barcellos, Manuela Franceschini, Mariana Hilgert, Mayara Rinaldi, Nancy Dutra, Nanni Rios, Tarsia Paula, Thiago Prado Neris, Vitor Oliveira

FOTOGRAFIA

Agência Ensaio Fotojornalismo, Thiago Prado Neris, Elaine Almeida

EDITORAÇÃO

Annelize Conti, Camila Brandalise, Cauê Oliveira, Carolina Pompeo, Cristiane Barrionuevo, Daniele Carvalho, Danielle Reis, Eduardo Wolff, Elaine Almeida, Fernanda Friedrich, Filipe Speck, Flavia Schiochet, Guilherme Carrion, Grazielle Frederico, Grazielle Schneider, João Gustavo Munhoz, Juliana Gomes, Julie Philippe, Larissa Linder, Mariana Hilgert, Nancy Dutra, Pedro Dellagnelo, Thiago Prado Neris, Vera Flesch

PROFESSOR COORDENADOR

Tattiana Gonçalves Teixeira

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Lucio Baggio

MONITORIA

Isadora Peron

AGRADECIMENTO

Agência Ensaio Fotojornalismo, Robson Felipe dos Santos, Bruno Ropelato, Jonathas Mello

INFORMAÇÕES

Impressão: Grafimorte
Circulação: Nacional
Distribuição: Gratuita
Tiragem: 5.000 exemplares



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV e XI
Set Universitário / PUC-RS



3º melhor
Jornal-laboratório do Brasil



Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC, 2000



Filipe Speck

O ano que só começou

Muita gente ainda carrega as marcas de 1968, que nasceu com o assassinato do estudante Edson Luiz em março e chegou ao AI-5 em dezembro. Pessoas que não esperaram acontecer, desafiaram o Regime Militar e ficaram com cicatrizes pelo resto da vida. Derlei Catarina De Luca foi uma delas. Estudava na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fez parte da liderança do Diretório Central Estudantil (DCE), foi militante da Ação Popular (AP) - partido político clandestino da época - e participou na organização da maioria das manifestações que aconteceram em Florianópolis. Quarenta anos depois, a catarinense trabalha para manter a memória dos que lutaram contra a repressão.

Zero - Como os estudantes de Florianópolis respondiam ao clima de contestação que tomou o mundo em 1968?

Derlei Catarina de Luca - Para nós, o ano começou dia 28 de março, por causa do assassinato do estudante Edson Luiz, no Rio de Janeiro, e durou até 13 de dezembro, quando foi instituído o AI-5. Um ano antes, em 1967, começamos a nos organizar. Estávamos conhecendo e discutindo a ditadura. Tem um livro, História da Riqueza do Mundo, do marxista inglês Leo Huberman, que era considerada a bíblia dos jovens. Na UFSC, os estudantes estavam contestando, como no resto do país, a questão dos excedentes. Na época, não existia um limite de vagas por curso. A pessoa fazia a prova, alcançava a nota e passava. Por causa disso, o curso ficava com excesso de estudantes. A gente se mobilizou para, logo no começo de 1968, lutar por mais vagas. Fizemos uma assembleia muito boa, com mais de cem pessoas. No Rio aconteceu o mesmo movimento. O caso do Edson Luiz deu uma dimensão incrível pra mobilização. O exército entrou no restaurante e atirou no secundarista, que não tinha nada a ver com a história. Aquele tiro bateu em todo mundo. Os estudantes do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis saíram de passeata na mesma tarde, assim que souberam do atentado.

Qual era a conjuntura política da oposição?

Bem antes mesmo da Primavera de Praga, de 1968, houve a invasão do Exército Vermelho na Hungria, em 1956. Aquele incidente já apontava que qualquer tentativa que escapasse dos modelos vigentes seria suprimida. Ou seja, existiam organizações anteriores a 1968 que já reivindicavam a liberdade. Aqui na ilha, como em todo Brasil havia duas vertentes da esquerda. Uma era o Partido Comunista, que seguia a linha da União Soviética. A outra éramos nós, o pessoal da Ação Popular, que além de seguir a linha leninista-maoísta, se inspirava nos movimentos na Hungria e, em seguida, na Tchecoslováquia. A gente se posicionava contra o capitalismo dos Estados Unidos e contra o imperialismo da União Soviética, por isso o termo "terceira via". Obviamente que para os militares a gente era farinha do mesmo saco. Mas no final das contas, eles batiam muito mais em nós, que éramos da AP. O pessoal do PC era muito mais organizado.

Qual era a principal diferença entre a AP e o Partido Comunista?

Era o método. Os comunistas tiveram a grande experiência da luta contra o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. Apanharam e aprenderam um monte. Nós, da AP, embora fôssemos o maior partido clandestino do país na época, éramos um bando de porra-louca.

Achávamos que primeiro tínhamos que fazer, para depois pensar. O PC pensava e, muitas vezes, acabava não fazendo. Tudo bem que havia a necessidade de buscar um meio termo. A gente não ficava analisando, mas eles, também, não faziam nada. A cabeça deles funcionava assim: é arriscado fazer uma pichação? É! Pode ser preso? Pode! Então parava por aí. A gente dizia: tem que fazer a pichação. Então saía e pichava. Corríamos muito mais riscos. No Partido Comunista, como os dirigentes eram mais velhos, havia disciplina. Eles eram mais tranquilos e teóricos. Outro ponto positivo é que eles eram bons na articulação. Nas assembleias da UFSC, eram da política de negociação. Só que a gente tinha mais liderança, como o Luiz Travassos e o pessoal da UNE.

A luta dos estudantes não estava distante da realidade do povo que eles defendiam?

De certa forma. Tínhamos a pretensão de fazer o que havia acontecido na China e no Vietnã, e achávamos que camponeses e operários iam conduzir a revolução. A AP funcionava assim, uma união entre operário, estudante e camponeses. E os estudantes se colocavam como classe, sendo que, na verdade, eram um emaranhado de várias classes sociais. Para corrigir isso, a AP colocava todo mundo pra trabalhar na fábrica e no campo. Como já tinha experiência na área rural, trabalhei numa fábrica. Eram 14 horas lá dentro. Você chegava em casa às dez horas da noite e o barulho da máquina ainda estava na cabeça. Trabalhei seis meses. Cara, tu não consegue. Não dá para ler um livro depois. Ninguém tem condições físicas de discutir a situação política do país quando se cansa de tanto trabalhar.

Como o ano transformou a concepção de liberdade para a juventude de 1968?

Foi um ano de completa liberdade porque o Exército ainda não tinha condições de reprimir. E estávamos dispostos a morrer. O mundo sentia algo parecido, e tudo se publicava freneticamente. Depois do que aconteceu o maio francês, o negócio se tornou mundial. A juventude inteira era contra a Guerra do Vietnã. Quando a gente preparou a manifestação contra Costa e Silva, nos prenderam e levaram todos para Biguaçu. Só que eles mandaram buscar comida de restaurante no almoço e salgadinho com café na tarde. Além disso, nem nos interrogaram. Como ficamos sem dar notícias, as famílias começaram a nos procurar. Por causa da busca, a polícia soltou os estudantes no dia seguinte.

Qual diferença você vê entre os jovens da década de 60 e os de hoje?

Há uma falta de respeito generalizada, motivada pelo excesso de liberdade que a minha geração deu para a juventude de hoje. O pessoal da década de 60 foi uma turma que teve duas repressões. Um dos repressores foram os nossos pais, que são do pós-guerra e ainda não tinham vivido uma revolução moral. Eles seguravam ao máximo os filhos. A outra repressão vinha do Estado, que ainda não tinha se assumido como ditadura. A nossa geração rompeu com tudo isso. Quebramos o muro. Aí a gente deu liberdade demais pros filhos. É uma lógica corriqueira, um pai conservador cria um filho liberal. E isso fez com que a geração atual ficasse mais desrespeitosa. Falta respeito às pessoas, a alguns valores, aos mais velhos. Percebeu como essa juventude não vai a um enterro? A morte faz parte da vida, galera. A família de hoje está deixando os filhos muito individualistas. Quem tem lá seus vinte anos parece não conseguir pensar no coletivo. E não dá pra colocar a culpa no mundo. Todo mundo recebe informação de vários lugares e, mesmo assim, há quem cultive o ideal coletivo.

A geração de vocês ainda vê os militares com reticências?

Temos militares e militares. Quem continuou atuando na política consegue separar. Tivemos os torturadores e os democratas. Sabe qual era o problema? Aliás, sabe qual continua sendo o problema? É que o Exército não indiciou os torturadores e nem investigou quem torturava. Os militares precisavam ser menos corporativistas, como os norte-americanos. Lá, quando acontece um caso desses, o próprio Exército dos Estados Unidos vai e pune o torturador, ainda que a ordem tenha vindo de um superior. O cara que fez a tortura é quem se ferra. No Regime Militar brasileiro, foram setores do Exército que torturaram e reprimiram.

Contudo, a responsabilidade é do Exército, que não puniu os responsáveis nem assumiu a culpa como entidade. Como não puniu, acabou assumindo.

O maior evento estudantil de 1968 foi o Congresso da UNE, encontro clandestino em Ibiúna. Lá, mais de 900 pessoas foram presas. Você achava que havia uma forma de fugir da polícia?

Na verdade o local era bom. O problema foi como fizeram. Os organizadores se preocuparam com o local e cuidaram da segurança, mas

Derlei Catarina De Luca, 62 anos, nasceu em Içara, sul do estado. Em 2005, lançou o livro *No Corpo e na Alma*, que relata sua história de clandestinidade, prisão e tortura durante o Regime Militar. Hoje, De Luca faz parte do Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos.



ninguém levou comida. Eles esqueceram que eram mil pessoas para comer. Os policiais sabiam que ia acontecer o congresso, só que ninguém sabia onde era. Não divulgamos os lugares. As pessoas chegavam lá por senha. Eu, por exemplo, saí de Florianópolis e fui pra Curitiba. Passei por São Paulo, depois por São Roque e só lá me pegaram pra ir pra Ibiúna. Domingo de manhã, quando não tinha nada para comer, os organizadores foram ao povoado, no centrinho, comprar comida. Acontece que levaram açúcar e todo o pão que tinha na padaria. A equipe que era responsável pela cozinha deu uma fatia de pão d'água com açúcar por cima do miolo. O povo da cidade ficou apavorado, afinal tinha chegado um pessoal de caminhão que levou todo o pão da cidade. Alguém contou pro delegado, que imediatamente se comunicou com a central em São Paulo. Descreveram a gente como hippies. Quando São Paulo ficou sabendo, eles concluíram: o congresso era em Ibiúna. Na madrugada, o exército chegou, e não tínhamos pra onde fugir.

Alguns setores da AP defendiam a luta armada. Você não acha que essa escolha fortaleceu a repressão?

Isso é uma visão da esquerda reacionária. A repressão aumentou por uma opção estratégica do Regime, e não porque se resolveu pegar em armas. Na verdade, a escolha pela luta armada só aconteceu depois do AI-5. Afinal, antes do AI-5 tínhamos liberdade de falar e de se expressar nas ruas.

Sobre o AI-5, como os estudantes receberam o anúncio aqui em Florianópolis?

No dia 13 de dezembro, umas 40 pessoas estavam no antigo DCE, na Álvaro de Carvalho.

Eram umas 11 horas da noite quando começou a leitura do Ato na rádio. Assim que saiu a notícia, juntamos e queimamos todos os documentos para dificultar nossa identificação. Eu lembro que insisti: não fica ninguém aqui. Tinha certeza que o exército viria primeiro para o DCE. Saímos e descemos até a Conselheiro Mafra antes do Exército chegar. Quando os militares invadiram o Diretório, prenderam Sérgio Grando, que vacilou e ficou escondido num quatinho dos fundos. Grando foi solto 20 dias depois. A partir daquele dia, começava a nossa vida clandestina.

Você também era a favor da luta armada?

Era. E até hoje, em alguns casos, sou a favor sim. A luta armada é uma questão de momento. Na luta contra o fascismo, tinha que matar, não havia outro jeito. No Iraque, por exemplo, os iraquianos parecem não ter outra solução senão matar. Na América Latina, a luta armada já não se justifica mais. Estamos num estágio em que a luta política é mais importante. No Brasil, ficamos um pouco assustados quando se fala em luta armada porque nunca invadiram o nosso território. Essa sensação de fragilidade gerada por uma invasão mexe no imaginário nacionalista da população. A única invasão que lembramos foi há duzentos anos, quando a família real chegou trazendo piolho e pedindo arrego.

Quarenta anos depois, você vê o ano de 1968 como traumático ou redentor?

Eu vejo com redenção. Foi o melhor ano das nossas vidas. Foi inesquecível, cara. Tu vê, por exemplo, quantas vezes escutamos falar no bendito ano? É impressionante. Vocês não imaginam, e tu não consegues contar. Lembro coisas emocionantes. Lembro quando a gente ia à Assembléia Legislativa em todos os gabinetes pedir a cota de xerox dos deputados para fazer panfleto. Os guris tinham muita agilidade pra fazer comício em tudo quanto era parada de ônibus. A gente entrava no ônibus, fazia o discurso, entregava o panfleto e saía pela porta. O cobrador cooperava, ninguém pagava nada. Aliás, toda a população cooperava. Florianópolis era pequena, as pessoas se conheciam.

Você se diz mais humana que política. Por quê?

O ser político às vezes faz coisas que o ser humano não faz, por isso sou mais humana. Por exemplo: uma companheira nossa foi torturada e seguraram o filhinho dela pelas mãos, ameaçando soltar no

mar caso ela não falasse. Não tem como julgar uma mulher dessas, entende? Não dá pra cortar relações porque ela falou. A gente tem que aprender a colocar a humanidade antes da política.

Grazielle Frederico e Filipe Speck

“No Regime Militar, foram setores do Exército que torturaram e reprimiram. Contudo, a responsabilidade é do Exército, que não puniu os responsáveis. Como não puniu, acabou assumindo”

Retratos de 1968, o ano que começou com o assassinato de um estudante e levou a repressão ao limite

28 de março - Morte de Edson Luiz de Lima Souto

www.uces.org.br



Ele foi o primeiro estudante morto pela Ditadura, durante uma manifestação relâmpago no restaurante Calabouço, com tiro à queima roupa. No mesmo dia estudantes do Brasil inteiro saíram em manifestações pelas ruas.

Maio francês

www.sereferens.com



Contra o moralismo do governo diante da cultura e da liberdade sexual, passeatas foram organizadas. Depois de 03 de maio, com o fechamento da Universidade de Soborné, a luta estudantil ganhou o apoio da social e culminou numa contestação ao regime gaullista.

26 de junho - Passeata dos Cem Mil

www.une.org.br



Cerca de cem mil pessoas ocuparam as ruas do Rio de Janeiro em um dos maiores protestos contra a ditadura militar. Tudo começou com um ato político contra a violência que reprimia os estudantes e que em março tinha matado Edson Luiz.

18 de julho - Peça Roda Viva

www.soppadaletra.com



A história do cantor Benedito Silva que vira Ben Silver para ficar famoso chocou o público de 68 pela agressividade das cenas e ganhou status de símbolo da resistência. Foi escrita por Chico Buarque e dirigida por Zé Celso Martinez.

15 de setembro - "É proibido proibir"

www.achelusa.com



Caetano Veloso quase não conseguiu apresentar sua música "É proibido proibir" no Teatro da PUC-SP. Entrou no palco sob vaias explosivas de um público que rejeitava o arranjo das guitarras elétricas na canção.

13 de outubro - XXX Congresso da UNE

www.cecac.org.br



O evento era público, só o local não era divulgado. Ibiúna, em São Paulo, tornou-se importante porque a repressão pegou os mais de 900 estudantes que participavam do evento — e foi a primeira vez que muito deles foram fichados pela repressão.

5 de dezembro - Costa e Silva em Florianópolis

www.confestado.com.br



O presidente Costa e Silva visitou a capital catarinense em 5 de dezembro de 68. Os estudantes aproveitaram a oportunidade para realizar passeatas e manifestações contra o governo. Nesse episódio, muitos foram presos.

13 de dezembro - AI - 5

www.gooqleimages.com



O Ato Institucional nº5 oficializou o caráter ditatorial do governo, abolindo o direito de habeas corpus, fechando o Congresso e oferecendo plenos poderes ao executivo — no caso o governo militar.

As mil e uma funções do Ministério sem ministro

Há 20 anos, através da Constituição, o Ministério Público ganhou novas atribuições. Mas a instituição poderia ser mais efetiva se os cidadãos soubessem quem procurar

“**M**inistério Público investiga violência em escola”. “MP pede Miss Brasil em Libras”. “MP desmonta quadrilha de estelionatários”. Apesar de o Ministério Público ser tantas vezes citado em manchetes de jornais e revistas de todo o Brasil, muita gente ainda não sabe como essa instituição atua. Notícias falam sobre denúncias e ações do MP, mas não explicam que há 20 anos a instituição ganhou independência do Governo e um campo de atuação tão grande que pode atrapalhar o seu desempenho.

A Constituição Federal de 1988 aponta o Ministério Público como uma instituição criada para defender os cidadãos quando há interesses coletivos. Cada estado do Brasil possui um MP Federal, responsável pelos interesses que remetem à federação, e um estadual, para interesses particulares do estado de origem. Com a autonomia adquirida aos 184 anos, independente da divisão por federação e estados, a abrangência do MP inclui todas as áreas em que os cidadãos possam se sentir lesados e a ação pode ser contra um órgão privado ou público. A Constituição garante o direito a qualquer pessoa de recorrer à instituição e, caso se prove o interesse coletivo, a defesa torna-se obrigação do MP.

Em 2007 foram mais de 57 mil ações no Ministério Público Federal de Santa Catarina, enquanto aproximadamente 43 Termos de Ajuste de Conduta (TAC) foram arranjados. O Termo funciona como uma saída mais formal que a recomen-

dação. Ambas funcionam como pe-neira, ajudando na diminuição dos casos enviados ao judiciário. Se o TAC não for cumprido, a parte que feriu o acordo é obrigada a pagar uma multa. Considerando que hoje Santa Catarina possui cerca de 5,868 milhões de habitantes, segundo dados da Confederação Nacional de Municípios, existe uma causa no MPF/SC para cada 103 pessoas e 1910 ações para cada um dos 30 procuradores. Já no Ministério Público Estadual de Santa Catarina são aproximadamente 270 promotores, mas não há uma estatística total, apenas números de processos por setores. Estima-se que a quantidade de ações no estado seja ainda maior que aquelas do MPF/SC.

O passo-a-passo de uma ação começa com a denúncia que, se considerada de interesse público, segue para uma equipe técnica. Formada por engenheiros, biólogos, geólogos e outros profissionais, ela avalia a veracidade do caso, examinando se há fundamento legal. O procurador-chefe do Ministério Público Federal de Santa Catarina (MPF/SC), Carlos Augusto de Amorim Dutra, explica os procedimentos que antecedem um processo, utilizando como exemplo a área de defesa ao consumidor. “Antes, (da ação) o Procurador pode escrever uma recomendação para aquela empresa ou órgão público se adequie ao correto. Podemos também fazer um Termo Ajustamento de Conduta”, diz.

A tentativa de filtrar as ocorrências se dá por um motivo: a burocracia. Em um caso regular do MPF, a ação passa primeiro pela Justiça



Ação contra supermercados resultou na obrigatoriedade da etiquetagem dos produtos

Federal, 1º grau, julgada em Santa Catarina ou no estado de origem da causa. Se a parte perdedora recorrer, a causa vai para a segunda etapa de julgamento, no Tribunal Regional Federal da 4ª região, em Porto Alegre. Quando alguma das partes recorre mais uma vez, o destino é ou o Superior Tribunal de Justiça, se for uma afronta à Lei, ou o Supremo Tribunal Federal, se for uma afronta à Constituição. Ambos os Tribunais ficam em Brasília. Após todas essas etapas o processo não terá mais recurso.

Não existe um tempo mínimo ou máximo de espera para os julgamentos. Inclusive, são comuns exemplos em que a ação está em processo e medidas externas garantem parcialmente o que foi pedido no caso. O procurador-chefe do MPF cita como exemplo uma ação que moveu, em 2002, contra supermercados em SC. O processo pedia a etiquetagem individual de cada produto, já que os preços fixados nas prateleiras nem sempre condiziam com os da mercadoria. Quando a ação ainda estava na primeira etapa, das três que percorreria, a Lei de número 10.962/2004 instituiu a etiquetagem ou a obrigatoriedade de um leitor óptico para a verificação do preço. Se o MP não ficar completamente satisfeito com o resul-

tado, como foi o caso, o processo continua ativo. As ações parcialmente resolvidas não são necessariamente arquivadas e não há dados dizendo em quantos casos situações semelhantes ocorreram. Por isso, é comum o consumidor receber os resultados alcançados em outras instâncias ou órgãos antes do julgamento final de sua causa pelo MP.

A defesa das ações do MP é feita pelo procurador ou promotor responsável pelo caso. Eles geralmente estão divididos em áreas como meio-ambiente, consumidor ou infância, por exemplo. No artigo 82 da Lei 8078/1990 consta que órgãos como o Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procon), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), ONGs ou associações com mais de um ano de duração, também podem desempenhar o papel de defesa das pessoas. “A partir do momento que você tem esses serviços funcionando, respondendo às necessidades do cidadão você teria uma demanda menor para o MP e poder judiciário também”, observa Amorim Dutra. Quanto mais efetiva a fiscalização feita por esses órgãos menor será o número infrações cometidas e, por consequência, menor a quantidade de ações.

Fernanda Friedrich

Histórico

Oito passos para a independência

1302- Felipe IV, Rei da França, instituiu o primeiro protótipo de um Ministério Público. Embora haja indícios de que o MP tenha surgido há mais de 4,5 mil anos, no Egito, a origem francesa é a mais aceita entre pesquisadores.

1828- Pela Lei de 18 de setembro foi instituído o cargo de promotor da justiça. Considerado como o primeiro passo real em direção ao Ministério Público, a Lei julgava os promotores como “fiscais da Lei”.

1847- A expressão Ministério Público é utilizada pela primeira vez no Regimento das Relações do Império.

1891- Na nova constituição surge a figura do Procurador-Geral da República, considerado um Ministro do Supremo Tribunal Federal. A indicação feita pelo Presidente da República prendia o MP ao poder legislativo.

1934- Foi prevista nesta constituição a organização futura do Ministério Público na União dos estados e do Distrito Federal. Cada um ficaria responsável pelas leis da instituição em seu território. Mesmo assim, estaria subordinado ao judiciário, dependendo das definições do mesmo.

1937- O Ministério Público é agregado ao poder judiciário.

1946- É reintegrado. Ganha autonomia da república e estrutura federativa: MP estadual e MP federal.

1988- Conquista autonomia definitiva dos poderes judiciário, legislativo e executivo. Ganha a definição: “Art. 127 - Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Defensoria

Questões individuais

Caso a pessoa tenha uma denúncia que não seja de interesse coletivo, como uma compra efetuada com garantia, mas o produto estragou e o comerciante não quis trocar, deve procurar um defensor público, pois o MP não pode interferir em questões individuais. Em Santa Catarina, não há defensoria pública, como em todos os outros estados do país. Se a causa for individual e a pessoa não tiver recursos para pagar um advogado, deve recorrer a um profissional inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na seção de SC. Nesse caso, o estado custeia a contratação pelas normas da legislação estadual. O processo é denominado de defensoria dativa.

Fonte: Tribunal de Justiça/SC

Tempo de espera

Ministério Público X Judiciário

O Corregedor Geral da Justiça de Santa Catarina, Anselmo Cerello, garante que há problemas de demora nos julgamentos das ações do MP. De acordo com Cerello, não faltam juízes e sim servidores e profissionais terceirizados no judiciário. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina são 50 desembargadores e mais 18 juízes substitutos de segundo grau que atuam como desembargadores. Dos 8128 que constam na folha de pagamento do Judiciário – incluem-se aposentados, pensionistas e inativos na mesma – 1084 deles são terceirizados.

“Existem tarefas que não são próprias para um funcionário público. Não vamos colocá-lo para a limpeza, para a digitação, para serviços mais simples, já que fazer um concurso hoje em dia não é fácil”, observa Cerello. O Corregedor ainda afirma que o número de juízes é coerente, comparando Santa Catarina a países da Europa. Na Alemanha, citada por Cerello, há aproximadamente 120 mil juízes para 80 milhões de habitantes, Santa Catarina tem 327 para quase seis milhões de pessoas. No Brasil, são 15 mil juízes para 180 milhões de pessoas.

A batalha das manobras jurídicas

Atos cometidos durante a campanha podem levar à perda do diploma de representantes em exercício

Diego Redel/ Agência RBS

Daniel Conzu/ Agência RBS

“**S**anta Catarina em ação”. Esse é o nome da campanha publicitária institucional veiculada pelo governo de Luiz Henrique da Silveira entre o segundo semestre de 2004 e junho de 2006 - exibida em rádios e TVs. “Quarenta meses de mudança”. É o caderno especial divulgado nos primeiros meses de 2006 pelos jornais filiados à Associação de Diários do Interior (Adjori) - as matérias faziam um balanço do primeiro mandato do governador. Para a acusação, ambas as peças caracterizam propaganda eleitoral disfarçada, fora do período autorizado por lei, e promoção pessoal com uso de dinheiro público. Ou seja, abuso de poder econômico que poderia interferir no resultado das eleições para o Governo de Santa Catarina, em outubro de 2006. Já para a defesa, a renúncia do governador em junho daquele ano foi, justamente, para assegurar a igualdade de condições na disputa. Além disso, avalia as matérias publicadas pela Adjori como conteúdo jornalístico garantido pela liberdade de imprensa.

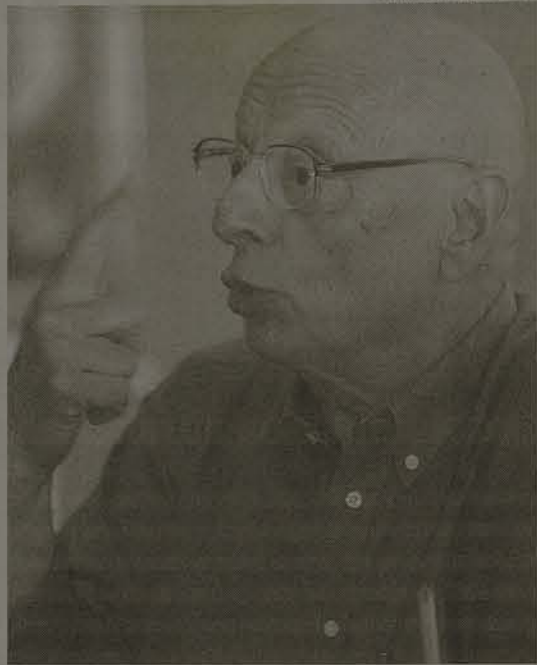
De adversárias na política, as duas coligações mais votadas na última eleição para governador do estado passaram, agora, aos tribunais. O atual governador Luiz Henrique e a coligação “Todos por Toda Santa Catarina” (PAN, PFL, PHS, PMDB, PPS, PRTB, PSDB, PTdoB) na defesa; Esperidião Amin e a coligação “Salve Santa Catarina” (PP, PMN, PV, PRONA) na acusação.

Além de abuso de poder econômico, também consta no processo outra denúncia. Durante o período eleitoral, o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, que assumiu o cargo após a renúncia de Luiz Henrique para a nova candidatura, enviou à Assembléia Legislativa um projeto isentando de imposto sobre propriedade de veículo automotor (IPVA) os proprietários de moto de até 200 cilindradas. Amin, candidato da oposição na época, assegura que cinco dias antes havia revelado essa proposta em seu programa eleitoral. Caracterizaria, então, abuso de poder político - já que Pinho Moreira apoiava LHS. O então candidato à reeleição, porém, considera “descabida” a acusação contra Pinho Moreira por simplesmente enviar um projeto à Assembléia, e contra ele próprio, que “não teve participação no ato”.

Para Esperidião Amin, o processo de cassação contra Luiz Henrique “é reflexo dos seus métodos de governo”. Já para Katherine Schreiner, advogada que participou da elaboração da defesa do governador, as acusações são improcedentes. O fato é que o processo tornou-se um embate cheio



Luiz Henrique da Silveira (à esquerda) se defende enquanto Esperidião Amin (à direita) acusa. Ambos acreditam na vitória junto ao TSE



de contradições e interpretações divergentes que pode valer o cargo de governador de Santa Catarina.

O processo

No processo da cassação de um governador, a primeira instância é o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado. “Se entram com o processo antes das eleições, pode resultar na cassação do registro de político do ainda candidato. Depois das eleições, caso ele seja eleito, cassa-se o seu diploma e ele perde o mandato. Se o candidato receber o diploma e não houver nenhuma medida contra ele nos prazos certos (ver correlata), não há nada que possa ser feito para cassá-lo, a não ser que ele cometa infidelidade partidária”, explica Carlos Antônio Fernandes de Oliveira, procurador da república, que até março deste ano era procurador regional eleitoral.

No caso Luiz Henrique da Silveira, o relator do processo no TRE/SC, José Trindade dos Santos, determinou que havia, de fato, abuso de poder econômico e que seria justa a cassação. Seu parecer não foi acatado - e a denúncia de abuso de poder político não chegou a ser julgada. A coligação “Salve Santa Catarina” entrou, então, com uma nova ação, agora no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), denominada Recurso contra a Expedição do Diploma. Desta vez, a acusação foi apenas de abuso de poder econômico.

No TSE, seis ministros votam o processo, e em caso de empate, a decisão caberá ao presidente do tribunal e ministro Marco Aurélio Mello. O relator desse novo processo, José Delgado, deu parecer favorável à cassação embasada no abuso de poder econômico, garantindo que as provas refletem que o candidato usou propagandas governamentais para se eleger. No dia 10 de agosto de 2007, o julgamento foi inter-

rompido pelo ministro Ari Pargendler, que pediu vistas ao processo. Quando seriam retomadas as votações, sete meses depois, o ministro Marcelo Ribeiro também requisitou vistas ao processo, argumentando a necessidade de dar voz de defesa ao vice, também acusado, Leonel Pavan.

Até aquele momento havia três votos favoráveis à cassação. Para o procurador Carlos Antônio, Luiz Henrique não deveria ser cassado. “Não há dúvidas de que ele usou do dinheiro público

“Se o candidato receber o diploma e não houver nenhuma medida contra ele nos prazos certos, não há nada que possa ser feito para cassá-lo”

Carlos Antônio de Oliveira, procurador da República

para fazer o ‘Santa Catarina em Ação’, porém acho que isto não caracteriza abuso do poder econômico porque não tinha potencialidade de alterar a eleição, acredito que este processo só chegou onde está porque foi um trabalho muito bem feito do advogado que entrou com a ação, o Gley Sagaz”, diz. E explica que se o candidato usar de verba pública para dar uma BMW a um único eleitor, não há potencialidade. Agora, se ele gastar menos dinheiro, mas atingir uma comunidade inteira, a capacidade de interferir nas eleições aumenta e, aí sim, é abuso do poder econômico. Katherine Schreiner avalia que “as

propagandas e matérias jornalísticas não tiveram influência nenhuma na eleição, não determinaram a vontade do eleitor”. Mas o advogado da acusação Gley Sagaz lembra que “quando os três juízes votaram a favor da cassação, eles votaram pela cláusula de potencialidade do abuso econômico”.

O último recurso usado pela defesa do governador foi, de fato, a necessidade de se dar voz de defesa ao vice, apontada pelo ministro Marcelo Ribeiro. “Esta foi claramente uma manobra para anular o processo, pois havia outra ação contra ele pela mesma acusação e, quando contatado para fazer a sua defesa pessoal, Pavan disse que não iria se manifestar, pois não tinha relação com os fatos”, conta o procurador. Ele ainda explica que havia uma jurisprudência sobre o assunto no Tribunal. “Citar o cabeça de chapa bastava para cassar a chapa inteira, isto se chama subordinação: pressupunha-se que a chapa toda estava viciada”, diz. Esta jurisprudência existia há 18 anos e foi quebrada agora no caso Luiz Henrique. Mesmo julgando o pedido da defesa apenas uma manobra, Carlos Antônio a considera legítima. Esperidião Amin concorda e afirma ser um direito previsto na constituição, o direito de plena defesa. Mas acredita que foi uma manobra usada na hora errada. “Eles ganharam tempo agora, mas perderam tempo depois. Deviam ter esperado o fim do julgamento aqui no TSE, e ter usado isso para ir ao Supremo. Mas ao mesmo tempo, imagine a repercussão se o Luiz Henrique fosse cassado, eles não quiseram arriscar isso. Mesmo porque, para ir ao Supremo, ele teria que sair do cargo”, justifica o ex-governador do estado.

Os recursos processuais para protelar um julgamento eleitoral são vários e não são os mesmos que os da justiça comum. Existem ainda outras mano-

bras muito utilizadas, como o pedido de vistas ao processo e a troca de advogados. Recursos para se chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF), como sugere Amin, são mais complicados, já que a matéria deve ser de natureza constitucional - que fira um preceito da Constituição - e deve ter sido reclamada durante todo o processo. “Ou seja, não adianta perder na última instância, o TSE, e querer inventar que, por exemplo, não teve o direito de defesa respeitado. Isso é caracterizado como oportunismo”, esclarece o procurador.

Descartada a possibilidade de recursos no STF por enquanto, o fato é que o primeiro governador reeleito da história de Santa Catarina conseguiu uma importante vitória no último dia 21 de fevereiro: o Tribunal decidiu não extinguir o processo, mas a votação voltou à estaca zero. “O Luiz Henrique andou dizendo que ele ganhou, que agora o processo vai se arrastar ‘como um moribundo’ [referindo-se à declaração do governador em entrevista à rádio CBN/Diário após a sessão do dia 21 de fevereiro], mas ninguém sabe, pois ele não tem mais direito de defesa, apenas Leonel Pavan”, afirma Amin.

Uma eventual condenação de Luiz Henrique levaria à cassação de seu diploma de governador e ele teria que deixar imediatamente o cargo. Além disso, existem outras punições que se aplicam. “Esta é a maior piada da lei, se cassado por abuso do poder político, econômico ou pelo uso indevido dos meios de comunicação social, o político fica inelegível por 3 anos após a eleição pela qual foi cassado. Mas de quanto em quanto tempo as eleições acontecem? Quatro anos, não?”, ironiza Carlos Antônio.

A substituição do cassado é feita por troca ou nova eleição. Se o político cassado não alcançou 50% dos votos nas eleições de primeiro turno, assume o segundo colocado. É o caso de Luiz Henrique, que obteve 48,9% dos votos válidos nas eleições em 2006, enquanto Esperidião Amin conquistou 32,77%, e neste caso, assumiria o cargo. Se o candidato tiver alcançado mais de 50% dos votos válidos, é realizada nova eleição. Passados dois anos ou menos da eleição original, o novo pleito se dará de maneira direta. Caso contrário, as eleições serão indiretas - decididas pelos deputados estaduais. Mas é inútil discutir sobre a sucessão antes de o processo estar resolvido na justiça. “Geralmente os processos na justiça eleitoral não demoram, mas neste caso não sabemos, porque agora tem os recursos, e se trata de um assunto muito complexo, afinal cassar o governador não é simples”, explica Schreiner.

Grazielle Schneider
colaboração Grazielle Frederico

Curiosidades

Minas lidera lista de cassados

Desde a instituição da Lei 9.840, em 1999, até 2006, 623 pessoas tiveram o mandato cassado por corrupção eleitoral. O estado campeão de processos é Minas Gerais, com 71 cassações.

Sete dos 27 governadores eleitos em outubro de 2006 tiveram os mandatos contestados por meio de ações em curso no Tribunal Superior Eleitoral. Eles respondem a acusações de compra de votos, abuso de poder econômico, uso indevido de meios de comunicação, dentre outras infrações previstas na Lei 9.504/97 (Lei Eleitoral) e na Lei Complementar 64/90 (Lei das Inelegibilidades).

Fonte: TRE/SC

Irregularidades

Atos proibidos ao candidato

Arrecadação ilícita de dinheiro para a campanha

Só é permitida a arrecadação de fundos para campanha através da iniciativa privada, não há financiamento público. Pessoa física pode doar até 10% do valor declarado no último imposto de renda, e jurídica, 2% do faturamento bruto da empresa no último período declarado no IR. Sindicatos, entidades que recebem subvenção pública, concessionárias de serviço público e empresas com contrato com o poder público não podem doar dinheiro. Existem ainda restrições quanto à doações por parte de governos e entidades estrangeiras.

Abuso de poder econômico e político (ou de autoridade)

Caracterizado pelo uso da máquina pública para coagir o eleitor com a potencialidade de interferir no resultado das eleições. Ocorre principalmente com candidatos à reeleição.

Compra de votos

É a captação ilícita do sufrágio, pois mexe com a consciência do eleitor, com a liberdade de voto. Basta a compra de um único voto.

Uso indevido dos meios de comunicação social

Nos três meses que antecedem o pleito, é proibida a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Também é proibido o pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, ao menos que se trate de matéria urgente.

Infidelidade partidária durante o mandato

Troca de partido por parte de um político eleito durante seu mandato.

Fonte: Procuradoria Regional Eleitoral/SC

Fique atento ao cumprimento das leis eleitorais

A denúncia contra os políticos também pode ser encabeçada pela população

Desde as últimas eleições municipais em 2004, a Justiça Eleitoral já cassou mais de 250 prefeitos dos 5.562 eleitos pelo Brasil, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Só na cidade de Caldas Novas, em Goiás, foram quatro prefeitos cassados nos últimos três anos. Em Santa Catarina, dos 293 prefeitos eleitos, cinco foram cassados e afastados do cargo e outros sete enfrentam processos na Justiça.

Se você, ao ler isso, fica decepcionado com a política brasileira, com os artifícios e manobras das campanhas que aproveitam as brechas da legislação eleitoral, e sente vontade de ver todos os corruptos fora de nossas prefeituras, preste atenção a partir de agora e aprenda a cassar seu prefeito.

Se, durante o período eleitoral,

você desconfia de que algum candidato está descumprindo a lei, denuncie ao Ministério Público ou a alguma coligação, partido ou candidato de oposição. Eles contatarão o Juiz Eleitoral de sua cidade para entrar com um pedido de investigação. Os candidatos podem perder o registro político ou seu diploma de mandato, no caso de já estarem eleitos quando julgados, por vários motivos: arrecadação ilícita de dinheiro para a campanha e gastos irregulares durante a campanha, abuso de poder econômico e político, compra de

votos ou uso indevido dos meios de comunicação social (ver box). Mas atente para o prazo, já que, após o final das eleições, não é mais possível investigar ninguém!

O pedido de investigação do candidato deve ser feito pelo Ministério Público, pelo partido ou coligação de oposição

Se já existirem provas contra o político, basta entrar com processo no Cartório Eleitoral da cidade. Para isso, no entanto, também existe um prazo: três dias após o resultado das eleições, ou 15 dias se acusação for de abuso de poder econômico e político, corrupção ou fraude eleitoral. Para garantir, o melhor é que o processo já esteja no cartório antes

do fim das eleições. Após eleito, se o novo prefeito cometer infidelidade partidária, ele pode ser cassado a qualquer momento.

Em todos os casos, o processo será julgado pelo Juiz Eleitoral de sua cidade. Se houver recursos, passa para o Tribunal Regional Eleitoral do estado e, posteriormente, ao Tribunal Superior Eleitoral. Alguns casos isolados podem ir parar ainda no Supremo Tribunal Federal.

Pois é, a cassação de um prefeito não é uma tarefa fácil, e os recursos e manobras de que os advogados dispõem são muitos. Quando o processo estiver na Justiça Eleitoral, o jeito é sentar e esperar. Mas não perca a esperança, afinal, se 250 prefeitos já foram cassados Brasil a fora, dois representantes só lá de Caldas Novas... por que não o seu? (G. S.)

No alvo

Caçada aos prefeitos

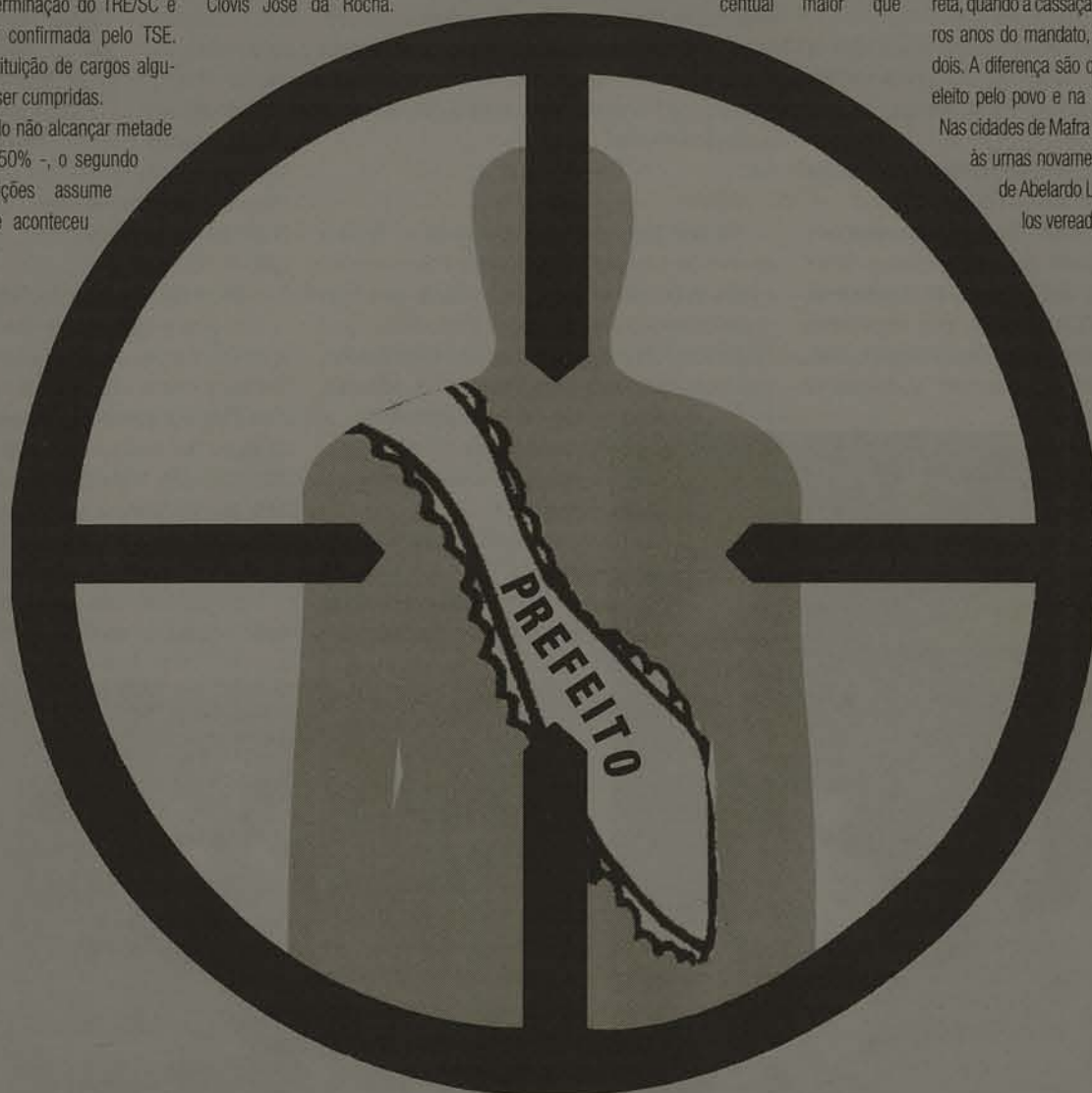
Os cinco prefeitos catarinenses perderam seus títulos por determinação do TRE/SC e tiveram a cassação confirmada pelo TSE. Sempre que há destituição de cargos algumas normas devem ser cumpridas.

Se o prefeito cassado não alcançar metade dos votos válidos - 50% -, o segundo colocado nas eleições assume o cargo. Foi o que aconteceu

em Criciúma e Itapema, com Décio Góes e Clóvis José da Rocha.

Caso o político tenha alcançado um percentual maior que

50%, uma nova eleição é marcada. Pode ser direta, quando a cassação ocorre nos dois primeiros anos do mandato, ou indireta, nos últimos dois. A diferença são que em uma o prefeito é eleito pelo povo e na outra, pelos vereadores. Nas cidades de Mafra e Rio Negrinho o povo foi às urnas novamente, enquanto na cidade de Abelardo Luz a escolha foi feita pelos vereadores.



Almir Kalbusch (PMDB)

Rio Negrinho

Cassado por abuso de poder e propaganda institucional durante período proibido por lei. Em março de 2007 novas eleições colocaram Alcides Grohskopf (PMDB) em seu lugar.

Clóvis da Rocha (DEM)

Itapema

O uso impróprio dos meios de comunicação social do município para a sua reeleição o tirou o cargo. Sabino Bussanello (PT) 2º lugar nas eleições, foi nomeado prefeito.

João Herbst (PMDB)

Mafra

Foi cassado no ano de 2004 por veicular propaganda institucional durante a campanha. Após novas eleições realizadas em 2005, João Herbst (PMDB) é o prefeito atual.

Décio Góes (PT)

Criciúma

Cassado por abuso do poder político, econômico e de autoridade. Hoje ele é Deputado Estadual. Anderlei Antonelli (PMDB), 2º colocado nas eleições, assumiu o cargo.

Nerci Santin (PMDB)

Abelardo Luz

O TRE cassou o mandato de prefeito por abuso de poder econômico. As eleições indiretas realizadas em março de 2008 elegeram Lécio Panisson (PRB) como novo prefeito da cidade.

O grande ERRO de esperar por um líder

Na expectativa pela chegada de um desconhecido ao Centro Histórico de São José, atores e público dividiram as ruas, transformadas em palco, num espetáculo de três dias. A dúvida: afinal, ele vem mesmo ou é tudo teatro?

- Oi, com licença, você conhece o pessoal do grupo que está encenando a...

- Você é a repórter?

- Isso.

- Você pode ir conversar com eles direto. Eles devem estar ali pela praça mesmo. Todos estão vestindo bege, é bem fácil de identificar.

- Eles estão em cena?

- Sim, mas faz parte. Pode ir.

Caminhei pela praça do Centro Histórico de São José, que, apesar do sol forte, era protegida pelas longas folhas das árvores que a circundavam. Do outro lado da rua, em frente ao ponto de ônibus, logo avistei alguém que se enquadrava no perfil que eu buscava: blusa bege, saia longa bege, meia calça bege e sapato bege. Pouco depois, enquanto eu atravessava a rua, percebi que ela não estava sozinha. Na esquina, com os olhos vidrados, um homem de terno e sapatos bege conversava com a jovem de longe. Os dois foram se aproximando na medida em que eu também me aproximei. Sem querer atrapalhar o trabalho deles, mas tentando, também, fazer o meu, interrompi.

- Com licença, meu nome é Mariana, sou repórter do jornal-laboratório ZERO, da UFSC [Universidade Federal de Santa Catarina]. Posso conversar com vocês um minuto?

O olhar deles não foi de surpresa nem de "estamos ocupados". Só um sorriso e a conversa começou.

Ele, Martins. Ela, Pfeifer. Para mim, os nomes soaram totalmente teatrais, mas não questionei. Deixei claro que eu gostaria de falar a respeito do grupo, da peça, da ideia, e eles balançaram a cabeça em acordo e sugeriram uma sombra sob as folhas. Até então, ainda tinha dúvidas se eu iria conversar com atores com ou

sem suas máscaras de encenação. Mas a partir da minha primeira pergunta, já percebi que atuar na peça era uma função que cabia a todos — inclusive a mim.

Perguntas sem respostas

A primeira coisa que eu, como repórter e público, queria saber era de onde vinha a ideia de criar uma peça sobre a chegada de um líder. Embora eu tivesse pesquisado a respeito da existência de outras obras tratando de temas parecidos, como em Esperando Godot, de Samuel Beckett, tal questão ainda me parecia confusa. Por isso, perguntei.

Pfeifer contou que o grupo estava sentindo um vazio, logo preenchido pelas ideias do líder. Com ele chegando na cidade, além do grupo vê-lo e ouvi-lo — pois isso nunca havia acontecido —, outras pessoas teriam a oportunidade de entrar em contato. "Agora sim ele chegará", disse a jovem, contando que outras tentativas já haviam sido feitas, mas foram frustradas devido, especialmente, à descrença da população. O comentário fez a feição alegre dela mudar para uma expressão chorosa. Segurando as lágrimas, ela passou a palavra para Martins, que complementou afirmando que a praça de São José era um local mais favorável para o acontecimento, apontando até mesmo os policiais da região como um dos fatores que facilitaria a chegada do líder.

O líder

Naquele ponto, já estava enroscada na história que eles haviam criado (será que ele existe mesmo?) e todas as perguntas que eu havia listado para fazer se perderam em virtude do grande tema: o líder. Tanto Pfeifer quanto Martins não faziam nem ideia se ele era, realmente, ele, ou era, na verdade, ela. Só acreditavam.

Um líder que, segundo eles, se mantém anônimo para que as pessoas acreditem somente nas suas ideias.

Mas, afinal, que ideias são essas?

Martins olhou para Pfeifer, que abriu a bolsa que carre-

gava embaixo do braço e tirou, com cuidado, um pedaço de papel dobrado. Ela devolveu o olhar para Martins e não me mostrou o que estava escrito. Ali estaria o discurso que seria feito na chegada do líder, baseado em tudo aquilo que ele prega. Dentro deste "tudo", muito geral, Martins citou alguns pontos, como a retomada de antigos valores, onde se incluí, por exemplo, a questão de acreditar na palavra sem precisar exigir qualquer documento que comprove o que é dito.

Em meio à conversa, Pfeifer, com um cigarro na mão, questiona se eu gostaria de saber mais alguma coisa. Já terminando as minhas anotações, não pergunto mais nada e, na minha frente, os dois trocam olhares expressivos, se abraçam e dizem qualquer coisa um para o outro — mas em inglês. Foi quando mudei de ideia.

- Posso saber por que vocês falam em inglês?

Um pouco agitados, os dois respondem que é a melhor forma para eles se entenderem, que já tentaram outras línguas, mas o inglês ainda é melhor. Fico um pouco incerta com a resposta, mas já estava tão confusa com a conversa que o discernimento entre real e ficção era até mais obscuro.

Sem querer, havia chegado ao ponto principal da dramatização: quando essa linha fica tão tênue que mal conseguimos distingui-la.

Agradei aos dois, não sem antes perguntar onde eu poderia encontrar o diretor da peça, Pe-

dro Benaiton, com quem eu já havia conversado por telefone no dia anterior. Martins indicou um homem de bermuda marrom e camisetinha vermelha que acabara de entrar numa padaria próxima.

O público

Ventava e chovia na sexta-feira. Em direção à praça do Centro Histórico, eu ia sem saber qual seria a animação, tanto do elenco quanto dos espectadores. Mas, sem nem mesmo descer do carro, já avistei balões e algumas pessoas em volta da praça.

Chegando ao local, não foi difícil distinguir os atores do público. Além dos trajes da mesma cor, eles eram — inicialmente — os únicos gritando, chamando por, enfim, um líder, parando as pessoas, procurando nos carros. Afinal, qualquer um ali poderia ser ele, ou ela. Até eu.

- Olha, ali vem a líder!

O comentário veio de uma senhora que estava parada próximo ao ponto de ônibus. Eu caminhava justamente em direção a ela para fazer algumas perguntas, quando fui surpreendida pela frase — e por minha própria risada!

Comecei, então, a conversar com a senhora, que, descobri, chamava-se Alba Coutinho. Nervosa com a ação dos atores que se jogavam no meio da rua, na tentativa de parar os carros e gritando pelo líder, Alba sabia que era uma peça de teatro, mas contou que, no início, pensou

que fosse algo de cunho político ou até uma "seita maluca", como ela mesmo definiu.

- Cada coisa que passa na cabeça, disse.

Ao seu lado, uma outra senhora também assistia à peça. Vera Fernandes, moradora da região da praça, ficou sabendo da chegada do tal líder por um folheto que não explicava nada e disse que só descobriu se tratar de uma peça mais tarde. Ela chegou a pensar, inclusive, que tivesse alguma relação com a Igreja local, que está para ser restaurada.

Enquanto encerro a conversa com as duas senhoras, percebo que Pfeifer, a mesma atriz com quem conversei no dia anterior, passava por perto, inquietada. Sem deixar o seu papel de lado um instante, ela se revela bastante exaltada quando a abordo. Neste momento, nossa conversa é interrompida por Alba, que pergunta à atriz qualquer coisa sobre a peça, fazendo graça. Pfeifer, no entanto, vira para ela com um ar extremamente sério e sem um sinal de bom humor, fala que um grande líder mundial está para chegar, continuando a discussão com a senhora. Deixo as duas e caminho em direção a uma adolescente, cabelo bem preto, curto e revoltado, que não parava de apertar o flash de sua máquina.

Fernanda Verzola tinha deixado de ir a aula para ver a chegada do grande líder, anunciada através dos cartazes pendurados pela rua. A animação de Fernanda era tão notável que fiquei curiosa para saber o que ela esperava de tudo aquilo que estava acontecendo.

- É a chegada de um líder mundial. É tipo um Raul

Seixas, uma nova sociedade, mais alternativa, com mais liberdade de expressão. Estou nervosa por isso.

Parei para observar a atuação do grupo. Além dos que eu já havia entrevistado, estavam em cena, também, dois atores, igualmente vestidos de bege e gritando. No alto de um pequeno palanque construído em frente à praça, a jovem Ferreira discursava sem parar com o microfone em mãos. O segundo ator era Spinelli. Até um palhaço fora contratado para animar o pessoal.

Tentando "fazer um agito", como elas mesmas definiram, um grupo de três meninas, todas sentadas no ponto de ônibus, contribuía com os gritos. Para elas, estava claro que era uma peça teatral e que o tal do líder não deveria aparecer. Mas, questioneei, vocês acham que alguém acredita na chegada desta pessoa?

- Sempre tem trouxa que cai, respondeu uma delas, soltando uma gargalhada.

Anotei e, deixando o grupinho para trás, encontrei duas mulheres quase escondidas dentro da praça assistindo de longe o que se passava no meio da rua. Quando me aproximei e comecei a conversar, as duas afirmaram nem saber o que acontecia.

- Falaram para mim que é coisa de teatro, disse Nadia Dalben, sem acreditar muito no próprio comentário.

Para Maria Back, que estava logo ao lado, aquilo não tinha nada de teatro. Segundo ela, deveria ser alguma coisa relativa à "Assembleia de Deus, Testemunhas de Jeová, alguma religião crente".

Em acordo, as duas afirmaram que, para elas, o grande líder deveria ser, realmente, Deus.

- Porque o nosso presidente não é, comentou uma delas, enquanto a outra balançava a cabeça, apoiando.

- Se não aparecer ninguém, é uma grande palhaçada, deixa o povo na expectativa. E se for uma peça, a gente aplaude. Mas não, não é uma peça, afirmou Maria, com convicção.

Pouco depois que deixei as duas mulheres, vi Pedro, o diretor da peça, entregando para o público e inclusive para as duas mulheres, pequenos folhetos com a história do ERRO, grupo de teatro responsável pela montagem. Voltei

mais tarde para ver se elas ainda mantinham suas convicções e somente Maria estava lá. Ao questioná-la, fiquei surpresa ao saber que sua opinião quanto à história estar relacionada a alguma religião não tinha mudado.

Já havia passado das 19h. Cada dia de peça vai das



Martins e Pfeifer: "Não fazemos ideia de quem ele seja, só acreditamos... O líder se mantém anônimo para que as pessoas criem somente nas suas ideias"



Spinelli, Pfeifer e Ferreira são atores, testemunhas de Jeová ou cidadãos bem informados? Espera também é dúvida

ERRO Grupo: a arte do teatro longe dos palcos

O Erro Grupo surgiu em 2001, a partir da iniciativa de estudantes da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc). As apresentações, inicialmente apenas a movimento de protesto contra-greve, foram ganhando força até o grupo se estabelecer, passando da atuação em ônibus até performances em plena rua Felipe Schmidt. O grupo tem sede em Florianópolis e trabalha com uma linguagem diferente, resultando o

espesso público e fazendo críticas a certos aspectos da sociedade. A peça "Enfim, um Líder" é a criação mais recente do ERRO. Com ela o grupo pretende continuar a análise da intervenção do teatro no cotidiano, buscando na interação entre a virtualidade e a realidade e trabalhando com o sentimento de espera. Em 2006, o grupo apresentou a peça "Deserto", que também abordou a linha entre o real e

a ficção. Entre os fundadores do grupo estão Luana Robert, Paulo Bernardino, Michel Marques e Priscila Zanussi. Segundo Pedro, atual diretor do ERRO, o grupo está em constante transformação, com a entrada e saída de atores. Para encerrar o último trabalho, o grupo contou com a atuação de João Garcia, Luana Robert, Lidia Henriques Magalhães e Sarah Ferreira.

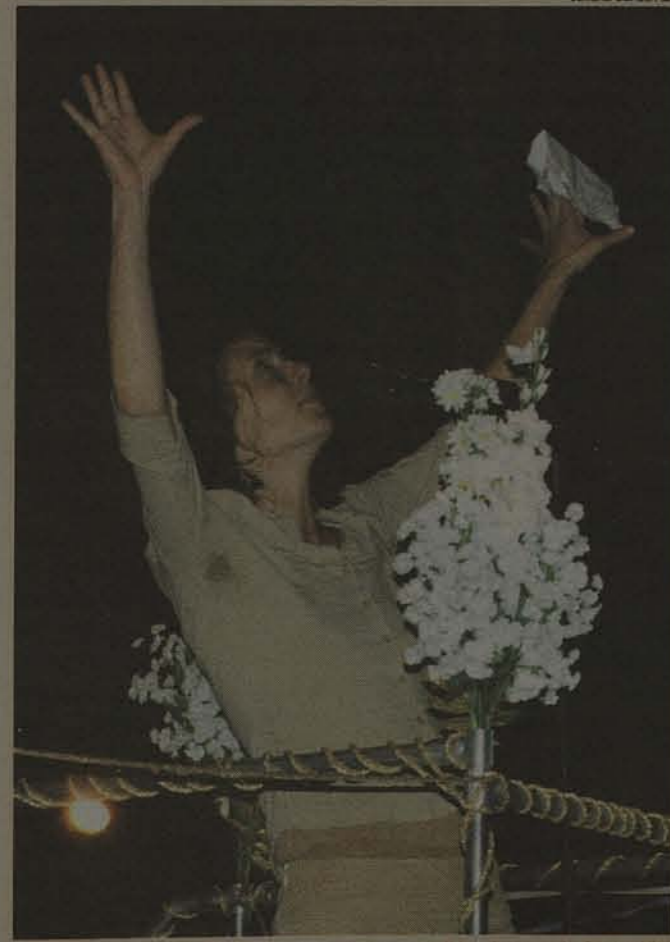
6h às 20h. Os atores continuavam exaltados, discursavam no palanque e procuravam pelo líder. Algumas pessoas ainda assistiam, outras já haviam desistido de esperar. A tristeza no semblante do grupo era visível e a não chegada do líder, depois de tanta espera, trouxe à tona a moral da história.

Respostas às perguntas

No dia anterior, após conversar com os dois atores e ter ficado sem resposta à maioria das minhas perguntas, fui falar com o diretor da peça que estava em um padaria ali perto. Ingenuamente me apresentei ao Pedro, sem saber que ele me vira em cena o tempo inteiro, naquela quinta-feira ensolarada. E de camarote.

Na hora em que começamos a conversar, ele contou que, quando eu cheguei para falar com Pfeifer e Martins, estava sentado no ponto de ônibus. Depois, percebi que ele também tem um papel: passar despercebido. Normalmente, ele fica sentado ou caminhando junto aos atores — sem, é claro, trocar qualquer palavra ou olhar. A única forma que a equipe toda possui para se comunicar é uma espécie de transmissor, visível apenas pelo fone preso em uma orelha.

A questão do fone foi justificada por Martins com um meio que a equipe tinha de se comunicar com uma central que guiava os passos do líder e dizia se ele estava próximo ou não.



Correria e discursos exaltados marcam a espera pelo líder. A praça do Centro Histórico de São José é o palco em que a crença, a dúvida e a expectativa complementam o cenário para a chegada



SC implanta lei para promover CT&I

Lei nacional já existia há quatro anos; 2% do orçamento estadual passa a ser destinado às pesquisas

O Governo do Estado aprovou, em janeiro, a Lei Catarinense de Inovação nº 14.328, que garante recursos públicos e incentivos à pesquisa científica e tecnológica no estado. A legislação entra em vigor quatro anos depois de promulgada a Lei Nacional de Inovação, de dezembro de 2004. Santa Catarina é o segundo estado a criar a própria Lei de Inovação, iniciativa seguida, ainda em 2008, por Mato Grosso e Minas Gerais.

Diomário Queiroz, presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc), tem uma resposta para quem o questiona sobre a demora em criar a Lei: inércia. "As pessoas se acomodam com as coisas, mesmo quando elas são ruins", diz. O professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) acredita que a falta de legislação para apoio à ciência e tecnologia sempre foi um dos grandes problemas do Brasil.

O primeiro estado a criar uma lei própria de inovação foi o Amazonas, em 2006. Para Urandi Boppré, gerente de Inovação Tecnológica do Sebrae-SC, "a globalização pôs o Brasil na beira do precipício: é preciso inovar para não morrer. E sem a obrigação legal não funciona".

As empresas e universidades já recebiam investimentos privados para pesquisas em CT&I, mas não havia interação com o empresariado ou qualquer levantamento das necessidades reais do setor produtivo. Falta, ainda, a atenção do poder público de Santa Catarina para a necessidade de inovação. "Para o governo, inovação era uma coisa muito cara, coisa do exterior. A prioridade era habitação, saneamento, educação. Quem quisesse pesquisar tecnologia e inovação, que procurasse por si", diz Boppré.

Queiroz explica que a inovação tem como principal objetivo agregar valor aos bens e serviços. Com uma legislação específica é possível pagar, por exemplo, pelo trabalho intelectual como valor agregado de determinado produto. Desta forma, as idéias de um pesquisador e seu direito autorial sobre a criação também têm valor de mercado.

Recursos para C,T&I

A Lei Catarinense de Inovação definiu a maneira como deve ser aplicado o artigo nº 193 da Constituição Estadual, que destina 2% das receitas líquidas do estado para a pesquisa científica e tecnológica. "O recurso era mal distribuído, pois o artigo 193 não deixava claro para onde iria o dinheiro", lembra Queiroz. A nova Lei estadual delimitou que 1% fica sob gerência da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e 1% sob gerência da Fapesc. O argumento é de que estas empresas estão mais familiarizadas com as reais necessidades do setor produtivo.

Queiroz explica que a proposta de orçamento anual da Lei Catarinense de Inovação é de R\$75 milhões, correspondentes a 2% da arrecadação no estado. A legislação foi aprovada no dia 15 de janeiro de 2008 e tem 120 dias para a regulamentação do texto. Desta forma, ficam asseguradas as condições institucionais para que o estado tenha justa participação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da CT&I do governo.

Quando se fala em recursos públicos, Boppré destaca que há uma grande diferença entre o recurso orçado e o recurso disponível. "No orçamento são colocadas todas as necessidades, mas na hora de usar o dinheiro em caixa, pode ser que não seja possível



Thiago Prado Neris/AEF

Parcerias entre universidades e empresas privadas já existiam, mas com o amparo legal tendem a crescer com a nova lei

fazer tudo que se planejava. O orçamento é muito bonito, mas o disponível é outra história" explica. Com a Lei de Inovação, fica assegurado, ao menos juridicamente, o respeito ao orçamento.

Para sair do papel

Boppré, do Sebrae-SC, defende que o primeiro passo para o sucesso na aplicação da Lei é a conscientização dos pequenos empresários e produtores que, muitas vezes, não sabem nem ao menos o que significa inovação. "Quando a gente diz que o simples fato de lavar a mão embaixo de uma torneira é tecnologia, eles começam a entender o significado e a perceber a importância da coisa".

A Fapesc, em parceria com o Governo do Estado e entidades ligadas a CT&I, realizou em 2006 o programa Inova SC, que produziu eventos em

oito regiões do estado com o objetivo de sensibilizar, orientar e expor oportunidades de suporte à inovação para os empresários locais. As cidades-sede do Inova SC foram Chapecó (Oeste), Joaçaba (Meio Oeste), São Bento do Sul (Norte), Blumenau (Alto Vale), Lages (Serrana), Joinville (Litoral Norte), Palhoça (Grande Florianópolis) e Criciúma (Sul).

O conceito de inovação foi explicado por meio de palestras, mesas redondas e balcões de atendimento que, ao fim, resultaram num perfil das necessidades do setor produtivo no estado. As sugestões coletadas foram reunidas e analisadas pela Fapesc e serviram de inspiração para a criação do texto da Lei Catarinense de Inovação. "O Inova SC fez com que a Lei tivesse um embasamento real e não saísse da cartola dos deputados ou dos juristas. Ela ouviu seu público-alvo", diz Boppré, que

representou o Sebrae-SC nos eventos do Inova SC.

"Quem ouvia a palestra sobre design e a importância da embalagem para agregar valor ao produto, vinha até o balcão de atendimento após a palestra para saber mais. Nós despertamos neles a percepção de que o seu produto pode ficar mais atraente", relata. A consultora do Programa Sebrae de Design, Luciana Oda, acrescenta que "às vezes, uma pequena melhora ou uma pequena inovação no produto agrega um valor incalculável. É essa percepção que nós queremos despertar no empresário".

Incubadoras tendem a aumentar

A primeira incubadora do Brasil e da América Latina foi instalada pelo CNPq na Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec), em 1984, com a finalidade de promover a transferência de tecnologia das universidades para o setor produtivo. No mesmo ano, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) criou outros cinco Parques Tecnológicos, um deles no município de Florianópolis (SC). A Lei Catarinense de Inovação prevê o incentivo à criação de mais parques tecnológicos, incubadoras de empresas e outros ambientes de inovação no estado.

Denise Stuart, consultora de Tecnologia e responsável pelo programa de incubadoras do Sebrae-SC, diz que este processo evoluía lentamente no estado, pois até então não havia apoio nem investimentos por parte do poder público. Segundo dados da FAPESC, em 2003 havia dez incubadoras em Santa Catarina. Hoje, após a Lei Nacional de Inovação, já são 35. "Com a Lei Catarinense de Inovação, este número tende a aumentar exponencialmente", diz Stuart.

Funcionamento

Perfil da Lei

Lei Catarinense de Inovação nº 14.328

-Criada em janeiro de 2008

-Baseada na Lei Nacional de Inovação nº10.973

-Estabelece que 2% das receitas líquidas do estado – cerca de 75 milhões de reais – deve ser aplicadas em Ciência, Tecnologia e Inovação. Metade da verba fica sob gerência da Epagri, e metade sob gerência da Fapesc.

-Os agentes da lei no Estado: A Lei Catarinense de Inovação está baseada na interação de três agentes: universidades, governo e empresas, que formam o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONCITI). Presidido pelo governador do estado, o conselho é responsável pela formulação e avaliação da política de CT&I em Santa Catarina. Articulação, estruturação e gestão política ficam por conta das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). A execução fica sob responsabilidade da Fapesc.

O presidente da Fapesc, Diomário Queiroz, destaca, entre as inovações da Lei, a criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTESCs) nas universidades e empresas catarinenses com o objetivo de promover uma unidade de ações de inovação. Desta forma, as empresas têm condições de dialogar com as universidades e de buscar a sua cooperação no desenvolvimento dos novos produtos e processos.

Articulação

Sistema Estadual de C, T & I

Pelo artigo nº 4 da Lei Catarinense de Inovação, integram o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Santa Catarina para a articulação estratégica das ações em CT&I:

- o CONCITI, órgão colegiado formulador e avaliador da política estadual de ciência, tecnologia e inovação;

- a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, responsável pela sua articulação, estruturação e gestão;

- a Fapesc, agência de fomento executora da política estadual de ciência, tecnologia e inovação;

- as Secretarias Municipais responsáveis pela área de Ciência, Tecnologia e Inovação nos municípios; a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc);

- a Epagri; as Universidades e outras Instituições de Educação Superior que atuem em Ciência, Tecnologia e Inovação e demais entes qualificados como ICTESC;

- os parques tecnológicos e as incubadoras de empresas inovadoras;

- e as empresas com atividades relevantes no campo da inovação indicadas por suas respectivas associações empresariais.

O Sistema Estadual de C, T & I de Santa Catarina será responsável por articular as políticas de incentivo a esta área e a implantação de núcleos de inovação em instituições.

Por Nanni Rios

ZERO

Eles querem o primeiro milhão em cinco anos

O número de jovens brasileiros que investem na Bolsa de Valores quase triplicou nos últimos dois anos

Os jovens investidores já compõem 40% dos acionistas individuais da Bovespa e não param de conquistar espaço. De 44 mil, em janeiro de 2005, o número de investidores individuais de até 30 anos subiu para cerca de 120 mil em julho de 2007, segundo dados da assessoria de comunicação da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Isso representa um aumento de 277,5% - considerável se comparado ao crescimento de investidores com mais de 50 anos, que foi de 199%.

Embora participem ativamente do mercado de ações, o número absoluto de capital investido por eles não acompanha as estimativas. Enquanto a faixa etária de mais de 50 anos movimentou R\$35 bilhões na bolsa de valores (51% do capital total), os jovens de até 30 anos operam pouco mais de R\$8 bilhões (11,87%). Mesmo com investimentos mais modestos, eles buscam aperfeiçoar seu conhecimento na área através de simuladores e de cursos sobre como operar na bolsa.

Um desses simuladores é o Folhainvest, criado em 1998. A parceria entre a Bovespa e o caderno de finanças do jornal Folha de S. Paulo tem por objetivo "proporcionar ao público em geral familiarização e conhecimentos básicos sobre o mercado de ações no Brasil, permitindo vivenciar o dia-a-dia das operações em bolsa de valores". Hospedado no site www.folhainvest.com.br, bate recordes de participação a cada ano.

Rafael Corona, 23 anos, aprendeu a lógica do mercado de ações através do Folhainvest, além de acompanhar o noticiário de economia e de ter feito um curso de Análise Técnica de Ações. "Comecei motivado pelas aulas de micro e macroeconomia da faculdade e também devido ao contato com o mercado de capitais em casa, pois meus pais investem há bastante tempo" conta o catarinense que cursa a sétima fase de Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Apesar de investir há apenas um ano, Corona aparenta ter critérios em suas escolhas. "Aplico meu dinheiro com base na conjugação da análise fundamentalista da economia e das empre-

sas, e da análise técnica dos gráficos de preços e volume das ações. Empresas em má situação financeira não entram na minha carteira", pondera. Ele avalia que os setores mais promissores para os próximos anos - e que, portanto, tornam-se bons investimentos -, são o de consumo interno (varejo e internet) e o de infra-estrutura (principalmente construção civil). "Mas alguns outros também estão muito bons, como o de mineração e siderurgia, ou o de bens de capital - as indústrias. Entretanto, são extremamente dependentes da saúde financeira de outros países e problemas econômicos podem prejudicar sensivelmente seu desempenho", aponta. O estudante considera que o aumento de jovens operando no mercado de ações deve-se à boa fase econômica do país.

O otimismo na economia brasileira levou a Bovespa a desenvolver ações para popularizar o mercado, como o Programa Bovespa Vai até Você, que começou a atuar com mais intensidade a partir de 2002. O site da Bovespa (www.bovespa.com.br) já destina programas específicos para os jovens, como o Bovespa vai à universidade, Bovespa vai à academia e o Concurso Bovespa na escola - dirigido aos alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio das escolas da rede estadual de ensino de São Paulo. Além disso, eventos que buscam ampliar o conhecimento das pessoas sobre o setor financeiro e planejamento de finanças pessoais têm sido adaptados ao interesse crescente dos jovens. Allan Arantes, criador da comunidade "O investidor agressivo" do site de relacionamentos Orkut, ressalta: "a Investidor chegou a ter mais de 17 mil membros; a maioria fica na faixa de 20 a 30 anos e o grau de escolaridade predominante é superior incompleto".

Existem ainda outros fatores que podem explicar a popularização do mercado de ações entre os jovens. Na opinião de Gabriel Cintra, presidente da ONG Ação Jovem do Mercado Financeiro de Capitais, o principal facilitador é a Internet. "Através do Homebroker, (instrumento que permite a negociação de ações via Internet) qualquer pessoa pode investir. A informação chega rá-

pido ao investidor final e as empresas, com as regras de governança corporativa, são muito transparentes na divulgação de dados e notícias que interferem no preço de suas ações", avalia.

Allan Arantes complementa: "Somos a geração internet. A partir do momento em que temos sistemas de Homebroker disponíveis, fica fácil imaginar uma junção dessa ferramenta com uma população de jovens adaptados a esse ambiente". Somado às iniciativas e ao ambiente favorável, está o espírito aventureiro da maioria. "O jovem, por natureza, está disposto a arriscar, e a bolsa é investimento dos mais agressivos. Quem não tem filhos, não tem despesa, mora com os pais, é jovem, pode e deve arriscar", sugere Arantes.

Rafael Corona considera-se um investidor arrojado: "comecei com aproximadamente 30 mil e adoto estratégias de curto a médio prazo". Para o criador da O investidor agressivo, porém, não pensar a longo prazo é justamente o grande problema do perfil do jovem. "Assim como a maioria dos investidores, eles não se interessam muito por aprender a pescar, querem logo o peixe. Por isso, a maioria acabará se afogando no longo prazo", prevê. Os jovens compõem a maioria dos investidores agressivos, mas isso não quer dizer que todos eles tenham este perfil. "Vimos através de uma pesquisa que realizamos no ano passado em cinco capitais brasileiras, com jovens entre 20 e 30 anos de idade, que o jovem ainda possui aversão ao risco. Porém, isso ocorre porque às vezes as experiências de seus pais não foram boas no passado. Entre as décadas de 70 e 90, a instabilidade reinou no Brasil, e pais de jovens dessa idade tiveram más experiências no mercado", esclarece Cintra.

O catarinense Maycon Kraus, 21 anos, bancário e estudante de administração, considera-se um investidor de alto-risco, mas é metódico e simples. Como Rafael, mantém uma planilha com seus gastos diários e atualiza diariamente a oscilação de seus investimentos, que já somam 50 mil reais. "Comecei a investir há seis meses, a partir do interesse despertado por cole-

gas que investiam em fundos de ações. No começo era intuitivo, comprava na baixa e vendia na alta, observando o sobe-e-desce do gráfico. Depois, comecei a participar de um simulador e, atualmente, obtenho a maior parte das informações em sites específicos, principalmente no www.infomoney.com.br e no www.cjb.com.br", conta.

O objetivo inicial de Kraus era desafiador: conquistar o primeiro milhão de reais. "Esta foi uma meta que estabeleci em 2006, quando comecei a aplicar em fundos de ações, para ser atingida no final de 2011. Na época, tinha R\$20 mil e, no final de 2006, estava com R\$40 mil. Para atingir a meta

de R\$1 milhão, é necessário dobrar o capital a cada ano, seja com rendimentos provindos de ações ou com economia de salário", aconselha. Já Rafael era mais modesto em seus objetivos. "Investidor que começa com quantias pequenas não deve ficar obcecado por atingir logo o primeiro milhão. Estimulei como objetivo principal maximizar os meus ganhos na bolsa a cada ano", conta. Mas não deixa de sonhar: "O primeiro milhão será consequência disso. Acredito que após chegar a 200 mil, o caminho até um milhão levará aproximadamente cinco anos".

Grazielle Schneider



A lanchonete da faculdade funciona como sala de reuniões para o grupo ESAG TRADER, que estuda o mercado de ações

Aprenda

Como aplicar na Bolsa de Valores

1º Passo: Colocar seu dinheiro em fundos de ações oferecido pelos bancos ou abrir uma conta numa corretora para aplicar diretamente na bolsa - sozinho ou como parte de um clube de investidores.

2º Passo: Feito isso, você vai ter acesso ao que se chama de HomeBroker, o sistema de investimento da Bovespa pela web para pessoas físicas. Através desse sistema, você poderá ver as ofertas de venda e de compra de cada ação. É nesse sistema que você vai postar suas ofertas de compra e também suas ofertas de venda.

3º Passo: Definir o capital a ser investido. Para operar ações, você tem duas opções: negociar em lotes ou em frações. Os lotes impõem quantidades mínimas de compra e de venda para cada ação, o que às vezes pode ultrapassar a quantidade de dinheiro que você possui para investir. Já o mercado fracionário permite que se efetuem operações com lotes unitários, diminuindo dessa forma o volume de dinheiro necessário para se começar a investir.

Fonte: Aprenda a investir na Bolsa, XP Educação

Precaução

Dicas para investir com segurança

- Estabeleça o quanto quer ganhar com cada ação. Uma vez alcançada a meta, venda o papel.
- Defina o quanto aceita perder. Venda as ações que estão em queda na hora certa, quando atingido o limite.
- Não invista sem ter os conhecimentos do funcionamento do mercado de ações.
- Não espere retorno a curto prazo.
- Diversifique sua carteira com títulos de renda fixa, como a caderneta de poupança - além das ações.

Fonte: Os axiomas de Zurique, Max Günther

Jovem surpreende na prova de disco

Após ganhar prêmio de revelação em 2007, Felipe Lorenzon continua seus treinos para o Mundial em 2009

“Braço direito voltado pra trás. Olha a posição do deltóide. Cabeça erguida. Não encolhe o braço esquerdo. Tenta não colocar muita força, o importante é a técnica”. É assim que Jeberton Luis Fermينو, técnico da equipe de Atletismo de Rio do Sul, lapida, aprimora e corrige os movimentos de um de seus alunos, Felipe Lorenzon, no lançamento de disco.

Felipe é um prodígio no esporte. Com apenas 14 anos, ganhou o prêmio de atleta revelação em sua categoria, concedido pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), por um ano em que, além de quebrar o recorde sul-americano na prova de lançamento de disco, ficando

quase 20 metros acima do segundo lugar, faturou uma dezena de campeonatos, desde escolares a internacionais. O garoto recebeu a homenagem no Prêmio Brasil Olímpico, que recompensou os melhores de todas as modalidades esportivas inscritas no COB e os medalhistas do Pan-Americano de 2007. O presidente do Comitê, Carlos Arthur Nuzman, entregou o prêmio ao menino no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em dezembro de 2007. “Encontrei os atletas, que são os melhores em seus esportes. Isso me motiva pra um dia eu chegar ao nível deles”, conta Felipe.

Hoje o rapaz recebe uma bolsa estu-

dentil, nacional e internacional, paga R\$300,00 mensais para que o menino continue investindo na prática do esporte. A bolsa que Felipe recebe é concedida aos atletas classificados de 1º a 3º lugar nos campeonatos nacionais oficiais.

Aos 13 anos, nos Jogos Olímpicos Escolares, Felipe atingiu 52,30 metros, uma marca que o colocaria em 4º lugar no ranking brasileiro adulto, porém, com a metade do peso arremessado pelos profissionais. Sua marca atual é de 53,40 metros, conquistada no Campeonato Sul-Americano Escolar, realizado em dezembro de 2007, no Chile.

Felipe conheceu as provas de arremesso através de um vizinho que treinava no estádio municipal Alfredo João Kriek, no Clube de Atletismo FMD/Metalúrgica Rio-sulense. O clube é uma das referências no estado e Santa Catarina é um dos pólos de atletismo do país, apesar da pouca infra-estrutura. O governador, no embalo das conquistas do garoto, prometeu nove pistas sintéticas espalhadas pelo estado.

Felipe diz que não escolheu as provas de corrida e salto no atletismo porque seu porte físico não permitia que ele competisse com os atletas mais magros nestas modalidades. Começou a treinar com 12 anos e em 8 meses já havia alcançado o 3º lugar no Campeonato Brasileiro de lançamento de disco em sua categoria. “O Felipe é alto e forte, biotipo essencial para as provas de arremesso, especialmente o de disco e martelo”, afirma o treinador.

Atualmente Felipe está no 1º colegial e vive como qualquer outro adolescente. Além da escola e dos treinos, que acontecem de segunda a sexta-feira, das 14h às 16h30, ele gosta de jogar futebol e videogame com os amigos.

Seu técnico explica que não força demais o menino para não queimar etapas, e que sua evolução tem de ser pensada para que seu futuro não seja prejudicado. Nos treinos, o garoto chega a lançar 70 vezes o disco para aprimorar a técnica e em todos os movimentos realizados Fermينو corrige seu posicionamento. “Para um bom lançamento não é necessário colocar muita força, o essencial é a técnica e velocidade, a força vem por último. Se você só colocar força para lançar o disco, ele nunca vai chegar tão longe quanto pensa”, explica o técnico.

O que Felipe quer para o futuro é óbvio: participar das Olimpíadas. “É um sonho. Mas vamos ver o que vai acontecer até lá. Se tudo der certo nessa evolução, vou ficar muito feliz!”, afirma.

Nessa evolução pensada pelo técnico, Felipe já está trocando de categoria, adicionando quinhentos gramas ao disco de um quilo. A preparação está focada para o Mundial, que acontece no ano que vem, com a meta de chegar às Olimpíadas de sua categoria, em 2010. Até lá, seu treinador projeta uma marca acima de 60 metros, o que teoricamente garantiria para Felipe um lugar no pódio.

Cauê Oliveira



Felipe Lorenzon treina, em média, 50 arremessos por dia. Em competição são apenas seis

História

Tão antigo quanto os gregos

O ser humano sempre quis ultrapassar seus limites e o atletismo é uma prova dessa obsessão. Desde a Grécia Antiga, pratica-se o esporte como forma de aprimorar o físico. Uma das provas mais clássicas é o lançamento de disco. Por isso a figura do discóbolo, aquele que pratica o lançamento é tão comum em esculturas do período Clássico e Renascentista.

Nos Jogos Olímpicos Modernos, que começaram em 1896, o lançador disparava o disco em cima de um pedestal, assim como as estátuas, e só a partir do século XX o esporte tomou os moldes atuais.

Há algumas regras básicas do lançamento: o atleta não pode pisar fora do círculo de lançamento e o disco deve cair sobre a área delimitada no campo. Não é permitido o uso de luvas ou outros materiais para os pés que facilitem a permanência no círculo de lançamento. Os discos têm diversas dimensões dependendo da categoria, que variam de um quilo (no feminino e categoria Menor masculino) até dois quilos (para o Adulto masculino). Porém devido à evolução do esporte, a Federação Internacional de Atletismo já começou a introduzir o peso de dois quilos para a categoria Adulto Feminino.

Trilhas mapeadas auxiliam ciclistas pelas matas de Florianópolis e região

Uma sequência de subidas e descidas, mais subidas do que descidas. A lama do percurso faz a bicicleta patinar e exige um esforço maior das pernas já cansadas em pedalar. O calor era sufocante. Ao chegar ao topo, sob a sombra de goiabeiras e araçazeiros, a vista para as praias do Norte da Ilha compensa todo o esforço e mostra como um passeio desse pode dar prazer. A trilha de Ratonés-Vargem Pequena, que passa pelo terreno do qual foi retirada a terra para a construção da SC-403, é dura, mas representa a essência do Mountain Bike.

Um grupo de ciclistas criou um novo estilo de ciclismo que fazia trilhas em montanhas e estradas de terra da Califórnia. Esta prática aos poucos foi ficando popular e com o tempo provas começaram a ser organizadas. No Brasil o esporte só começou a surgir nos anos 80, quando foram feitos os primeiros campeonatos. Em Santa Catarina um dos pioneiros foi o publicitário Luiz Marcos Peixoto, 37 anos. Em 1987, Peixoto

já fazia trilhas em Florianópolis com uma bicicleta adaptada, cujas peças havia retirado de uma “Caloi 10”, primeira bicicleta com marchas a ser produzida e comercializada no Brasil. O publicitário garante que só ficou sabendo mesmo o que era Mountain Bike em 89, quando ao passar por uma banca viu uma revista especializada falando sobre o esporte que ele já praticava há algum tempo.

Ao ver uma picada aberta no meio da mata, Peixoto se arrisca sobre ela e vai descobrindo um novo caminho. No sábado, véspera de Páscoa, a equipe do Jornal Laboratório ZERO acompanhou uma dessas aventuras. Peixoto foi por um caminho diferente e acabou encontrando uma outra trilha já usada por ciclistas que praticam o downhill, um tipo de Mountain Bike descida abaixo em alta velocidade e que proporciona momentos de radicalidade extrema. O publicitário anota todas as novas coordenadas através de um GPS e um bloco de anotações que carrega junto à sua bicicleta e depois

disponibiliza a nova rota na Internet.

Com isso, o publicitário desenvolveu o site TrilhasBR (www.trilhasbr.com.br), em novembro de 2007, mapeando as trilhas de Florianópolis e região. Assim, os “trilheiros” de outras partes do Brasil e até do mundo podem fazer turismo de aventura na cidade.

Nele, o internauta encontra mapas, planilhas e coordenadas GPS de onze trilhas espalhadas por toda a ilha e continente. O site contém o maior número de informações sobre lugares para se praticar Mountain Bike em Florianópolis na rede, além de fotos e imagens de satélite. “Com o site, procuro dar total segurança no que se refere à localização exata das trilhas e suas dificuldades”, explica Peixoto. “Além dos cuidados e dicas para se fazer uma boa trilha, como os equipamentos de segurança e o tipo correto de bicicleta para cada pessoa e prática”, complementa.

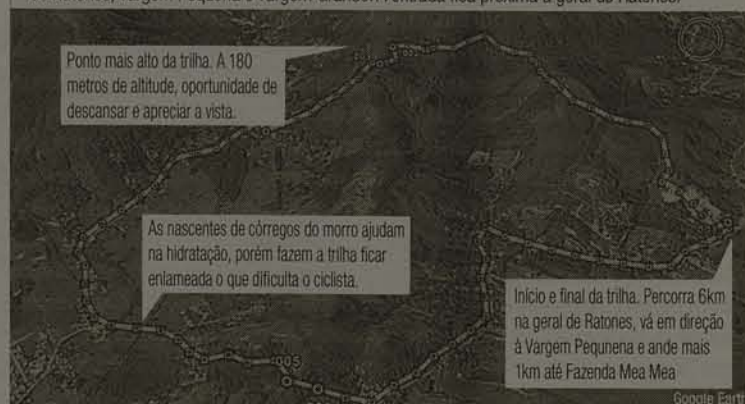
Márcio Barcellos



Mapeamento de trilhas garante descoberta de novas paisagens de Florianópolis

Trilha Ratonés-Vargem Pequena

A trilha passa no meio da fazenda Mea Mea, no coração da ilha de Santa Catarina, ligando os bairros de Ratonés, Vargem Pequena e Vargem Grande. A entrada fica próxima a geral de Ratonés.



Ponto mais alto da trilha. A 180 metros de altitude, oportunidade de descansar e apreciar a vista.

As nascentes de córregos do morro ajudam na hidratação, porém fazem a trilha ficar enlameada o que dificulta o ciclista.

Início e final da trilha. Percorra 6km na geral de Ratonés, vá em direção à Vargem Pequena e ande mais 1km até Fazenda Mea Mea

Google Earth

ZERO

Meninas do Desterro Rugby buscam vaga para o Mundial

Apesar das dificuldades para treinar e encontrar patrocínio, a seleção brasileira de rúgbi feminino conquistou uma vaga para a Copa do Mundo de Rugby, que acontece no ano que vem em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Em janeiro, a equipe se classificou ao derrotar a Argentina por 45 X 0 na final do Campeonato Sul-Americano, no Uruguai. Entre as 30 pré-selecionadas, estão quatro catarinenses: Ângela Lima, Cláudia Freitas, Juliana Souza e Maíra da Rosa. O técnico Flávio Santos escolherá as 12 atletas para a Copa em maio, após o amistoso contra a seleção holandesa.

As catarinenses jogam com mais 10 meninas no Desterro Rugby Clube, o único time feminino de Florianópolis, a maioria delas estudantes ou professoras de Educação Física, entre 17 e 31 anos. Nesse Sul-Americano não havia nenhuma desterrense, ao contrário dos outros três anos em que o Brasil venceu.

Quem administra e organiza a Copa do Mundo nas duas categorias é o International Rugby Board (IRB). No Brasil, assim como na maioria dos 96 países associados a IRB, o rúgbi é amador. Os campeonatos são organizados pelos clubes, que recebem ajuda da Associação Brasileira de Rugby (ABR).

Um dos maiores obstáculos que o rúgbi feminino enfrenta é a escassez de jogadoras. O time da UFSC foi fechado no ano passado por falta de atletas. Muitas jogadoras têm dificuldades para conciliar carreira, família e rúgbi, e acabam desistindo. Juliana Santos, uma das pré-convocadas para a Copa, explica que "todas nós ou estudamos ou trabalhamos, e a maioria faz os dois. O rúgbi é uma vida paralela, um hobby". Apenas três jogadoras do Desterro recebem o auxílio Bolsa-Atleta, que ganharam graças a conquista do Sul-Americano no ano passado.

Orlando Marré, arquiteto chileno e treinador do Costão Clube

Rugby, veio para o Brasil em 2001, e percebeu que não havia clubes nem escolas de rúgbi para crianças. Criou então em Florianópolis o Rio Vermelho Rugby Clube, na categoria infantil masculina, e hoje coordena a criação de mais duas escolinhas na cidade. "Como é que se quer atletas se não investimos na formação dos jogadores? Na Argentina, no Chile e no Uruguai, há uma categoria de base bem desenvolvida, e é por isso que eles têm mais jogadores e prêmios do que nós", explica.

O preconceito também se torna um obstáculo. "É difícil divulgar o esporte, treinar e arranjar lugar para os treinos. Não temos apoio da prefeitura e nem contra quem jogar em Florianópolis", diz a treinadora do Desterro, Vanessa Chagas. O time não tem sede própria e treina nos campos de grama emprestados do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). As atletas explicam que o rúgbi é um esporte com contato, e não de contato. Fernanda Silveira, jogadora do Charrua Rugby Clube, de Porto Alegre, esclarece: "Treinamos muito para saber derrubar o oponente. Não existe jogo sujo, há grande respeito entre as atletas".

Ao longo das seletivas para a Copa do Mundo de Rugby Feminino, as atletas devem disputar outros campeonatos menores. Em dezembro elas jogam o Lions Cup, organizado pelo São Paulo Athletic Club (SPAC). Muita comida, cerveja, festas e trotes integram os jogadores ao final dos campeonatos. "O rúgbi tem disso, que os outros esportes não têm, de juntar as pessoas. Quando vamos para campeonatos fora da cidade, ficamos na casa de jogadoras de outros times, com quem geralmente construímos amizades", conta Patrícia Wielewick, veterana do Desterro.

Tarsia Paula Farias

Regras do rúgbi

- z O jogo pode ter 15 ou 7 jogadores, dependendo da modalidade. No *Union* (15), o jogo dura 80 minutos, e no *Seven* (7) 14 minutos. Essa diferença acontece porque o tamanho do campo é o mesmo e o jogo com menos jogadores é mais intenso.
- z O objetivo do jogo é fazer *trys* (os gols do rúgbi), que valem 5 pontos. O *try* é feito quando o jogador cruza a linha final do campo e apóia a bola no chão.
- z Ao contrário do futebol americano, o jogo de rúgbi não permite o uso de proteções. Usa-se apenas protetores bucais, capacetes e ombreiras de espuma.
- z No *scrum*, joga-se a bola no túnel

formado entre os atletas apoiados, e então os times se empurram até a bola escapar entre as pernas dos jogadores.

z No rúgbi, os passes só podem ser feitos para trás da linha da bola. Para passar para frente, o jogador deve tocar com os pés.

z A bola de rúgbi é oval, pesa menos do que a bola de futebol e é feita de borracha para ser mais fácil de pegar com as mãos.

z A defesa básica do jogo é chamada de *tackle*, a ação em que o oponente derruba seu adversário. É proibido e extremamente perigoso segurar o oponente na altura do pescoço ou na cabeça.



Jun Hashimoto e Luis Roberto "Formiga", da Wave Park em São Paulo, mostraram as melhores manobras e levaram o campeonato de Jurerê

Skatistas lembram de campeonato histórico realizado em Jurerê

Apagado dos registros do Clube 12, competidores resgatam como foi o início do esporte no estado, em plena ditadura militar

Em meio aos anos de chumbo da ditadura militar, uma rapaziada se equilibrava em suas pranchinhas de madeira descendo a recém inaugurada pista de skate do Clube 12 de Agosto, no primeiro campeonato de skate realizado no Brasil. O evento foi o maior já realizado pelo clube, porém, não há registros dos atletas que invadiram a ilha pra fazer uma grande festa de liberdade e esporte. Só restaram lembranças na cabeça dos que estiveram lá e que agora estão espalhados pelo mundo.

O campeonato, realizado em 1978, teve grandes nomes dos pioneiros do skate no Brasil separados em duas categorias: sênior (acima de 15 anos) e júnior. Jun Hashimoto venceu a categoria sênior e Luis Roberto "Formiga", que atualmente é editor de esportes radicais no canal ESPN, ficou com o primeiro lugar na júnior. Além de Jun e Formiga, outras feras do skate estiveram presentes no campeonato, como Kao Chi Tai, Cesinha Chaves, Alemão, Bola 7 e Bugre, um dos locais da cidade. Atualmente, Jun mora na Austrália e conta que tem ótimas lembranças da cidade. "Tinha muito a ver com o surf, principalmente o espírito do surf, a galera, as manobras, e o astral da Ilha", lembra o skatista. Além dos competidores, os praticantes locais tomaram o clube com acampamentos, fogueiras e muita música. "O clima era de festa total. Todo mundo acampado, transando e andando de skate até altas horas da noite", explica Glauco Coelho, de Florianópolis.

O esporte foi criado pelos surfistas

da Califórnia, na década de 60, quando as condições do mar eram desfavoráveis à prática do surf. Eles adaptaram rodinhas de patins a pranchas de madeira, o *shape*, e começaram a surfar no asfalto, descendo as ladeiras repetindo manobras que faziam nas ondas. No Brasil, o esporte chegou ao Rio de Janeiro, e logo em 1976 foi construída a primeira pista em Nova Iguaçu. A arena do Clube 12 foi a primeira construída no Sul do país, juntamente com o *SwellCamp*, em Viamão, na Grande Porto Alegre. "O *snake run* do Clube 12 acabava em uma espécie de *bowl*. A maioria das manobras eram feitas nos dois principais cotovelos na parte superior da pista, que ficava na encosta de um morro com um declive de uns 30 graus, era uma pirâmide!", conta o campeão Jun Hashimoto.

O evento foi importante para a cena do skate em Florianópolis. "A chance que tivemos de ver in-loco nossos ídolos teve um efeito colossal nos nossos ânimos. Rampas surgiam a cada esquina, mas eram derrubadas pela polícia

quase instantaneamente, que chegava descendo o cacete na gente e tomando os nossos skates, se não fugíssemos rápido. Campeonatos foram promovidos, mais e mais pessoas começaram a praticar o esporte, e caras como Cherry e Paulista surgiram com muita força e inovação", conta Glauco. Ele também garante que em um campeonato realizado no Morro da Lagoa, Cherry, após descer as sete curvas da descida, fez uma manobra chamada Escorpião, na qual ele empilhou quatro skates debaixo de cada braço, num total de oito, e desceu plantando bananeira.

Hoje, devido ao descaso, a pista do Clube 12 está cheia de buracos e, segundo funcionários do clube, ela não é usada há mais de quatro anos. "Voltei a andar nela faz uns 10 anos, um pouco antes de emigrar para a América. Na época já estava bem mal cuidada, e eu era o único na pista. Triste, muito triste", explica Glauco.

Cauê Oliveira

Cauê Oliveira



Hoje, a pista de Jurerê está totalmente abandonada e não recebe skatistas há quatro anos

Branca de Neve e os seis anões e meio

Desafio de criatividade e resistência reúne 191 fotógrafos na comemoração do aniversário da cidade de Florianópolis

A 14ª Maratona Fotográfica de Florianópolis retomou seu formato original e desafiou a resistência dos participantes: 24 horas ininterruptas em busca de 24 fotos perfeitas. A pedido dos fotógrafos, nas últimas nove edições foram permitidas seis horas de descanso durante a madrugada. "Este ano, decidimos ousar", explica Sérgio Bellozupko, coordenador do evento.

A competição é organizada pela Fundação Franklin Cascaes para comemorar o aniversário da cidade, que completou 282 anos. Às 12h do dia 23 de março, véspera de Páscoa, os participantes se aglutinaram no hall da Fundação para retirar as camisetas e os seis temas referentes às primeiras horas de maratona. Vinte minutos após o primeiro encontro, os 191 maratonistas estavam novamente agrupados, agora na rua Felipe Schmidt, disputando personagens e ângulos para suas fotos.

Os participantes teriam até às 18h para voltar à Fundação e pegar os próximos temas, que foram escolhidos com o objetivo de manter os maratonistas sempre juntos, conferir visibilidade à competição e, também, por uma questão de segurança. A Guarda Municipal foi avisada que fotógrafos uniformizados estariam espalhados pela cidade portando equipamentos que custam entre R\$ 200 e R\$ 5 mil, se deslocando por diferentes regiões da ilha.

Emerson Sodré dos Santos andou ainda mais que os outros maratonistas para se manter na prova. Na busca pela fotografia "À Beira-Mar do Continente", quinto tema da competição, Sodré pegou o ônibus errado. Para retornar ao lugar correto, teve, então, que pagar por outro passe. O problema é que seu orçamento não contemplava desvios de percurso e a solu-

ção foi ir caminhando de São José ao centro da ilha.

Na terceira parte da maratona, já de madrugada, a proposta exigia uma visita à Lagoa da Conceição. Com bolhas nos pés, o participante conseguiu uma carona e depois das fotos, partiu direto para sua casa que, por sorte, ficava próxima dali. No dia seguinte, foi para a Fundação na hora marcada, mas somente quando chegou percebeu que havia esquecido as pilhas de sua câmera digital. Sem dinheiro, bateu na porta de um amigo que mora no centro para fazer um empréstimo e depois saiu à procura de supermercados. A busca deu certo e às 11h o maratonista entregou o CD com as 24 fotos.

Enquanto isso, a editora Fernanda Kock tentava achar uma solução inusitada e criativa para o tema que envolvia a Beira-Mar do Continente. A idéia, que surgiu a partir das estátuas de gesso de uma casa, era fotografar a Branca de Neve e os Sete Anões indo em direção ao local. Após certa insistência, a dona dos bonecos cedeu, guardando a cédula de identidade de um dos amigos de Fernanda como garantia de que não se tratava de roubo. O problema é que a Branca de Neve voltou acompanhada de seis anões e meio, pois um se quebrou durante a maratona. Surgiu então a segunda dificuldade: convencer a dona dos bonecos que eles custavam R\$ 25 cada, e não R\$ 100, como ela proponha.

Enquanto alguns buscavam a criatividade, outros corriam para vencer o tempo. Tendo só uma bicicleta como meio de transporte, o estudante de artes visuais Bruno Ropelato conseguiu fotografar apenas 12 lugares. Mesmo assim, ele ainda tem chances, já que a competição também classifica por fotos individuais, premiando cada ganhador com R\$ 100. Pablo Bender e Luciana Felippa enfrentaram outro percalço: a própria cidade. Vindos da Argentina em intercâmbio

com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a dupla passou por um exercício de investigação ao tentar decifrar o tema "Mercado Público - do mané à madame" e o caminho para chegar, simplesmente, à rua Felipe Schmidt.

A escolha dos cartões postais da cidade como foco da edição de 2008 da Maratona foi feita pela equipe de organização. Acusado de marqueteiro por alguns participantes, Bellozupko se defendeu explicando que a escolha reflete uma inclinação à "vontade de se produzir registros das construções e dos monumentos da capital".

O resultado será divulgado dia 15 de maio. As fotos ganhadoras estarão disponíveis no blog do ZERO, no endereço <http://zerona-rede.wordpress.com>.

Beatriz Ferrari e Elaine Almeida



Na Igreja de Santo Antônio de Lisboa, o estudante Bruno Ropelato cria o fogo da ressurreição, décimo tema da competição, usando a luz do sol e sua criatividade

Elaine Almeida



Nem mesmo a poça d'água impediu o fotógrafo Rudi Bodanese de buscar o ângulo perfeito para os velhos casarões do Centro



ZERO